



Universidade de Brasília- UNB
Instituto de Ciências Humana- ICH
Departamento de Serviço Social - SER
Trabalho de Conclusão de Curso

TAMIRES DOS ANJOS SILVA

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA: 2020/2021

Brasília/DF

2022

TAMIRES DOS ANJOS SILVA

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA:2020/2021

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social (SER) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dra^a. Janáina Lopes do Nascimento Duarte.

Brasília/DF

2022

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA:2020/2021

Data de Aprovação: Brasília – DF, _____ de _____ de 2022

Banca Examinadora

Orientadora

Profª Drª. Janaína Lopes do Nascimento Duarte
Departamento de Serviço Social (SER) - UnB

Examinadora Interna

Profª Drª. Anabelle Carrilho da Costa
Departamento de Serviço Social (SER) – UnB

Examinador Externo:

Daniel Ferraz Tavares da Cruz

Assistente Social, Diretoria de Desenvolvimento Social - DDS/UnB

Brasília- DF,
2022

“Um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos” - **Florestan Fernandes, 1991**¹

¹ Disse ele em uma entrevista, para a Nova Escola em 1991

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente minha avó Josefa Alves (avó paterna), pois foi graças a ela que eu iniciei a graduação de Serviço Social, infelizmente minha avó não está mais presente de forma física em minha vida, mas sei que estará sempre de forma espiritual.

Agradeço ao meu avô Geraldo (avô paterno), que foi quem me criou e sempre me incentivou a estudar e mesmo com todas as dificuldades nunca cobrou nada além dos meus estudos, e sempre consciente que a nossa realidade social irá mudar através da educação.

A minha mãezinha, minha madrinha, minha tia Nilza, meu pai e meus avôs maternos, que me dão suportes emocionais e estão sempre comigo, me ajudaram em todo processo da graduação.

Ao meu namorado e melhor amigo, que me deu apoio emocional durante todos esses quase 5 anos durante o período da graduação, foi a pessoa que mais aguentou meus estresses e o desgaste durante esse momento tão especial da minha vida.

Aos meus melhores amigos da graduação, Natalia Teodoro Lima que me ajudou durante o processo de construção de trabalho, aos meus amigos Luis Henrique Belem, Lais Chiareli de Souza, Nádia Vitoria da Silva, Deuzite Santiago da Cunha, Elyane Marques e Jéssica Vieira. Que são os melhores presentes que a Universidade poderia me dar, e é um privilégio tê-los como melhores amigos e amigos de luta. Amo vocês!

Aos meus professores da graduação como um todo, pois foram fundamentais para que eu me tornasse uma futura Assistente Social, qualificada e comprometida com a profissão. Especialmente à minha orientadora, professora e amiga, Janaína Duarte que me ensinou tanto e foi uma peça fundamental para meu crescimento acadêmico e profissional, tenho muita gratidão por isso.

Agradeço também ao Daniel Ferraz que foi meu supervisor de estágio supervisionado 1 e foi a primeira pessoa a disseminar a “faísca da educação” para que eu me interessasse pelo assunto. E se dispôs a contribuir na banca de defesa deste trabalho. Também devo agradecer a Professor Anabelle, que foi minha orientadora em estágio supervisionado 2 e contribuiu no meu processo de crescimento acadêmico, além de ter se disposto a contribuir com esse trabalho, compondo a banca avaliadora.

Por fim, agradeço a minha universidade querida, local onde eu pude crescer e construir laços que não serão destruídos, e a partir da minha inserção nela eu pude entender a sua tamanha importância na vida de quem sempre sonhou ocupar esse espaço. Esses são agradecimentos de quem vai lutar sempre por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscou trazer o debate da educação superior brasileira apoiando-se no debate de capitalismo dependente de acordo com os escritos de Florestan Fernandes e autores Florestanianos. O objetivo geral deste trabalho foi problematizar os programas de assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia da Covid-19 com o propósito de analisar se estes programas são estratégias que permitem, de fato, a permanência na Universidade, dos estudantes em situações de vulnerabilidade. O trabalho foi construído por meio de uma pesquisa quanti e qualitativa, com base em um levantamento bibliográfico e pesquisa documental analisando os dados referentes à assistência estudantil. Foram identificados neste trabalho como resultados que: a) a inserção do Brasil como país de capitalismo dependente pode interferir diretamente em todo os âmbitos da sociedade, incluindo a educação superior; b) a educação no Brasil é um objeto de disputa, considerando as legislações analisadas; c) o papel da assistência estudantil na garantia da permanência dos estudantes considerados vulneráveis e como a pandemia da Covid-19 interferiu na garantia do direito a permanência desses estudantes; d) os programas da assistência estudantil na UnB minimizaram de certa forma as desigualdades dentro da universidade causados pela pandemia da Covid-19

PALAVRAS- CHAVES: Capitalismo Dependente; Educação Superior Pública; Universidade de Brasília; Assistência Estudantil e Pandemia;

ABSTRACT

The present Final Paper sought to bring the debate on Brazilian higher education based on the debate of dependent capitalism according to the writings of Florestan Fernandes and Florestanianos authors. The general objective of this work was to problematize the student assistance programs at the University of Brasília during the Covid-19 pandemic in order to analyze whether these programs are strategies that, in fact, allow students in situations of vulnerability to remain at the University. The work was built through a bibliographic survey and documental research analyzing data related to student assistance. It was identified in this work that: a) the insertion of Brazil as a country of dependent capitalism can directly interfere in all spheres of society, including higher education; b) education in Brazil is an object of dispute, considering the analyzed legislations; c) the role of student assistance in guaranteeing the permanence of students considered vulnerable and how the Covid-19 pandemic interfered in guaranteeing the right to the permanence of these students; d) the student assistance programs at UnB somewhat minimized the inequalities within the university caused by the Covid-19 pandemic

KEYWORDS: Dependent Capitalism; Public Higher Education; University of Brasilia; Student Assistance, and Pandemic;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS:

Figura 1 - Estrutura Organizacional UnB	30
Figura 2 - Organograma da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC)	44

TABELAS:

Tabela 1 - Perfil racial dos estudantes no ano de 2018	33
Tabela 2 - Alunos da UnB regulares registrados nos cursos de graduação, por raça/cor autodeclarada e sexo, referente ao 2º semestre de 2019	33
Tabela 3 - Estudantes beneficiários da assistência estudantil em 2019	34
Tabela 4 - Ações dos programas de assistência estudantil mais utilizados segundo a pesquisa realizada pelo ANDIFES – 2018	35
Tabela 5 - Alunos regulares de graduação no 2º semestre de 2019, conforme o ingresso por cota	36
Tabela 6 - Síntese com os programas oferecidos pela UNB antes da pandemia	44
Tabela 7 - Síntese com os programas oferecidos pela UnB durante a pandemia da Covid-19.	47
Tabela 8 - Alunos beneficiários dos programas da assistência estudantil da UnB nos anos 2020 e 2021 x Quantidade de atendimentos realizados na DDS/ UnB x Pedidos de auxílios	49
Tabela 9 - Beneficiários da Assistência Estudantil por programa e por ano (2020/2021)	50
Tabela 10 - Beneficiários da Assistência Estudantil por raça e por ano 2020/2021	52
Tabela 11 - Beneficiários da Assistência Estudantil por situação acadêmica e por ano	52

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BBC- British Broadcasting Corporation

CCAR - Comitê de Coordenação das Ações de Recuperação

CEPE- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEU- Casa do Estudante Universitário de Graduação

COES- Comitê Gestor do Plano de Contingência em Saúde

DAC- Decanato de Assuntos Comunitários

DDS- Diretoria de Desenvolvimento Social

DPO- Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional

EC- Emenda Constitucional

FGA- Faculdade do Gama

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FUP- Faculdade de Planaltina

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES- Instituições de Ensino Superior

IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPOL- Instituto de Ciência Política

IPSOS- Especialista em Pesquisa de Mercado e Opinião

LDB- Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional

LEDOC- Licenciatura em Educação no Campo.

MEC- Ministério da Educação

OMS- Organização Mundial da Saúde

PAS- Programa de Auxílio Socioeconômico

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAES- Política Nacional de Assistência Estudantil

PROMISAES- Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROUNI- Programa Universidade para Todos

REUNI-Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RNP- Rede Nacional de Pesquisa

RU- Restaurante Universitário

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UNB- Universidade de Brasília

UAB- Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 .CARÁTER DEPENDENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A ATUALIDADE	15
1.1 Capitalismo dependente e padrão dependente educacional a partir de Florestan Fernandes	15
2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PERFIL DOS ESTUDANTES NAS UNIVERSIDADES: PNAES E O PERFIL DOS ESTUDANTES NA UNB	22
2.1 A Trajetória da assistência estudantil no Brasil: até o processo de implementação do PNAES	22
2.2. Perfil dos estudantes nas Universidades: a Universidade de Brasília em destaque	29
2.2.1. Quem é a Universidade de Brasília- UnB?	29
2.2.2 O perfil dos estudantes nas universidades: breve exposição sobre a Universidade de Brasília	32
3 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA	39
3.1 Mudança de conjuntura em virtude da pandemia	39
3.2 Programas existentes na universidade vinculados a assistência estudantil	43
3.3 O Perfil dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil na UnB	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
APÊNDICES	69
APÊNDICE A - Tabela sobre as principais legislações apresentadas no capítulo 2	69

INTRODUÇÃO

Diante de um contexto de pandemia, a conjuntura fica cada vez mais complexa, pois estamos inseridos em uma crise do capital agravada por uma crise pandêmica. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021, *online*), 14,4 milhões² de pessoas estavam desempregadas no 2º trimestre de 2021 e esta taxa de desemprego³ tem afetado grande parte da população brasileira, podendo afetar também os estudantes das universidades públicas que acabam precisando ser contemplados pela assistência estudantil, devido às condições econômicas da sua família, a fim de que possam continuar seus estudos.

A assistência estudantil no Brasil foi instaurada pelo Decreto nº 7.234, de julho de 2010 e o objetivo é garantir a permanência dos estudantes no ensino superior, para que venha a diminuir as desigualdades dentro das universidades, buscando reduzir as taxas de evasão, considerando que muitas pessoas precisam estudar e trabalhar.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso- (TCC) busca problematizar alguns dos programas da assistência estudantil na UnB em tempos de pandemia da Covid-19, a fim de analisar se estes de fato se constituem como estratégias para a permanência dos estudantes em situações de vulnerabilidade social no ensino superior público. A questão norteadora da pesquisa foi: “Os programas de auxílio socioeconômico, alimentação, emergencial e inclusão digital têm contribuído para a permanência dos estudantes em tempos de pandemia?”

E como hipóteses foi definido que: a) os programas de auxílio socioeconômico – emergencial, inclusão digital e alimentação – são programas que minimizaram, de certa forma, as desigualdades dentro da universidade para boa parte dos estudantes; b) o recebimento de apenas um desses programas apenas não é suficiente para a permanência dos estudantes; c) a criação dos novos programas não supre totalmente todas as condições de

² O desemprego, de forma simplificada, refere-se às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. (IBGE, 2021, *online*)

³ Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a pandemia da Covid-19 provocou um aumento dos níveis de pobreza, segundo dados publicado um artigo em 2021: “A pobreza e a extrema pobreza alcançaram em 2020 na América Latina níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, bem como uma piora dos índices de desigualdade na região e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho”, essa participação reflete diretamente em relação às mulheres, em consequência da Covid-19. “De acordo com as novas projeções da CEPAL, como consequência da forte recessão econômica na região, que registrará uma queda do PIB de -7,7%, estima-se que em 2020 a taxa da extrema pobreza se situou em 12,5% e a taxa da pobreza atingiu 33,7% da população. Isso significa que o total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior. Desse total, 78 milhões de pessoas estavam em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019.”(CEPAL, 2021)

vulnerabilidades dos estudantes; d) a pandemia da Covid-19 colaborou para que as pessoas entrassem ou aprofundassem em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

A motivação para estudar o tema veio de vários fatores, o primeiro é que a autora é usuária da assistência estudantil na UnB, usufruindo de dois benefícios durante todo o seu período de graduação, compreendendo, assim, a importância da assistência estudantil na vida universitária. O segundo motivo foi a sua atuação durante o estágio supervisionado em Serviço Social 1, proporcionado pela Universidade de Brasília e realizado na Diretoria de Desenvolvimento Social do campus Faculdade Planaltina, em que ocorreu um contato maior com os estudantes e profissionais, e, observou-se a necessidade de pesquisar, dar destaque e aprofundar essa temática. Terceira e última motivação veio através do Programa de Iniciação Científica, no qual foi debatido o desmonte da educação superior pública em detrimento da ampliação da rede privada nos anos de 2016-2018, especialmente durante o governo Temer com consequências para a atualidade.

Como relevância social foi considerado que assistência estudantil na Universidade de Brasília, durante o período de pandemia não foi debatida como deveria, levada para todas as instâncias da universidade. Considerando que quando trazemos o debate de determinado assunto damos mais relevância e atenção, contribuindo para a sua efetivação de fato. A assistência estudantil, por estar sofrendo desmontes ao longo dos anos, precisa receber um destaque, um destaque que é mais do que necessário.

Assim, o objetivo geral deste estudo foi problematizar os programas da assistência estudantil na UnB em tempos de pandemia da Covid-19, a fim de analisar se estes se constituem como estratégias para a permanência dos estudantes em situações de vulnerabilidade no ensino superior público durante este período?. Quanto aos objetivos específicos foram: 1) compreender a dinâmica da educação superior no Brasil; 2) compreender a assistência estudantil no Brasil, dando ênfase à realidade da UnB; e 3) mapear, entender e analisar os programas da assistência estudantil na UnB em tempos de pandemia.

A abordagem utilizada é a partir do método materialista histórico-dialético, baseado nas elaborações teóricas de Marx, que segundo Netto (2011) busca compreender a realidade a partir de um contexto histórico resultante das relações sociais, considerando sempre as categorias de totalidade, contradição e mediação, pois essas categorias são extremamente importantes para análise da sociedade.

Sendo assim, foram feitas aproximações sucessivas com o objeto de pesquisa que está inserido dentro dessa realidade que é a assistência estudantil na UnB em tempos de pandemia. Netto (2011) informa que a partir do método materialista histórico-dialético, Marx pôde

observar a sociedade burguesa, uma sociedade que possui diversas contradições. Assim, todos os campos da sociedade estão inseridos nesta condição, incluindo o Serviço Social, a Universidade e os programas existentes na universidade. Considerando que o método auxiliou Marx quando analisou a sociedade burguesa, o mesmo possui aportes suficientes para auxiliar na construção desta pesquisa inserida dentro de uma sociedade contraditória que repercute na educação superior e, conseqüentemente, na assistência estudantil.

Para entendermos melhor a assistência estudantil na UnB foi feita uma pesquisa qualitativa, usando como base os estudos de Florestan Fernandes⁴ sobre o padrão dependente de desenvolvimento capitalista, levando também em consideração aqueles autores que estudam Florestan, tais como Duarte, Lima, Leher, entre outros.

Como procedimentos metodológicos destacam-se: **1) levantamento bibliográfico** sobre educação superior no Brasil e a assistência estudantil na atualidade, considerando livros e artigos, a Revista Universidade e Sociedade do ANDES/SN, revistas da área do Serviço Social, como Temporalis e Serviço Social e Sociedade; e **2) pesquisa documental**, em documentos como legislações federais, editais, notas, memorandos, atos e resoluções da Universidade de Brasília referentes à assistência estudantil, a partir de sites oficiais, especialmente o da UnB, do MEC/INEP, Câmara Legislativa, Site oficial do Planalto, etc..

Os resultados do estudo são apresentados neste TCC, sendo divididos em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 1 foram apresentados os estudos de Florestan Fernandes, considerando a posição do Brasil como um país de capitalismo dependente, o que se reflete diretamente na educação. No capítulo 2 é destacada a trajetória da Assistência Estudantil no Brasil até o processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, tendo por base as principais legislações que contribuíram para tal processo. Neste capítulo também discutimos sobre o perfil dos estudantes da Universidade de Brasília -UnB, e o perfil socioeconômico dos estudantes no Brasil, além de explicar quem é a UnB e como ela se constituiu. Em seu capítulo 3 foi feita uma breve exposição da mudança de conjuntura em virtude da pandemia da covid-19, ressaltando a Universidade, além de analisar o perfil dos estudantes que são beneficiários da assistência estudantil durante o período de pandemia.

⁴ As principais produções de Florestan Fernandes usadas foram: 1) Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina 1975; 2) Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento 1972; 3) Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução 1975; e 4) Educação e Sociedade no Brasil (1966)

1 CARÁTER DEPENDENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: SEUS DESDOBRAMENTOS PARA ATUALIDADE

Este primeiro capítulo foi dividido em subcapítulos para facilitar a compreensão e sistematização de dados. O primeiro refere-se ao padrão dependente educacional em que é inserida a educação brasileira, a partir dos estudos de Florestan Fernandes e autores florestanianos, buscando compreender como esse caráter dependente interfere na educação e os seus desdobramentos.

1.1 Capitalismo dependente e padrão dependente educacional a partir de Florestan Fernandes

Para entendermos o debate de educação no Brasil é importante contextualizar qual é a nossa inserção na economia mundial. Como forma de contextualização, o debate inicial será sobre o capitalismo dependente e sua localização no Brasil.

O processo de evolução capitalista foi se construindo e se consolidando através de um processo histórico, especialmente na América Latina e no Brasil em particular. Fernandes (1975a) evidencia que a América Latina⁵ possui uma peculiaridade referente às outras economias, as nações latino-americanas passaram por um “antigo sistema colonial”, no qual os colonizadores eram submetidos ao poder de Portugal e da Espanha, como é o caso do Brasil.

Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiram uma ordem social em que os interesses das coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações (FERNANDES, 1975a, p. 13)

Segundo Fernandes (1975a), a crise nesse tipo de dominação teve três fatores decisivos. O primeiro ponto é referente ao padrão de exploração colonial, inerente ao sistema político e legal de dominação externa, em que as estruturas econômicas de Portugal e da

⁵ Na América Latina, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna [...] o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento auto sustentado e de desenvolvimento autônomo. Em consequência, classes e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e as transformações equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes (FERNANDES, 1975a apud DUARTE, 2020a, p 81).

Espanha não eram suficientes para financiar as atividades mercantis, e funcionavam como intermediárias econômicas. O segundo ponto decisivo era a luta pelo controle econômico das colônias latino-americanas na Europa, entre Holanda, Inglaterra e França, sendo que as mudanças que ocorreram nas estruturas políticas, econômicas e culturais na Europa contribuíram para uma desagregação das potências centrais e intermediárias, do antigo sistema colonial. O terceiro ponto é a dominação externa que aparece como uma consequência da reorganização da economia mundial; em decorrência da revolução industrial da Europa, a transformação desse capitalismo provocou uma nova forma de articulação com as economias periféricas na América Latina.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América latina (FERNANDES, 1975a, p. 16).

Neste sentido, é importante destacar que os países latino-americanos enfrentaram e enfrentam até hoje duas realidades problemáticas:

1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real (FERNANDES, 1975a, p.26).

A situação heteronômica⁶ é redefinida por uma ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos de forma interna e externa. A burguesia nacional, não quer uma revolução nacional, pois assim irá perder seus privilégios, tornando desvantajoso sair desse papel de dependência. Toda esta lógica de desenvolvimento capitalista dependente busca apenas um crescimento econômico rápido e não se empenha em garantir a autonomia do crescimento capitalista. “Por isso, ela não visa nem leva à mobilização econômica, social e política dos setores mais ou menos marginalizados e excluídos da nação” (FERNANDES, 1995, p.126).

Conforme esclarece Fernandes (1995), tal desenvolvimento capitalista dependente presente no Brasil é posto em prática através da dominação burguesa⁷, de acordo com suas

⁶ “Em Fernandes (1972), a noção de heteronomia (em contrapartida à autonomia) está definida pela capacidade ou não de decisão, direção e gestão do processo de produção e de reprodução do capital nos países, determinando a sua condição heterônoma (dependente) em relação ao desenvolvimento capitalista”. (DUARTE, 2020a, p 79)

⁷ Segundo Florestan Fernandes (1989), a dominação burguesa que se arrasta desde a época do Brasil colonial, onde houve uma "abolição" da escravatura, em que os escravos foram libertos para viver em um novo modo de exploração, mas esse novo modo de exploração fez com que aqueles que conseguiram se inserir no mundo do

maneiras e exigências, ou seja, tem uma coalizão única em relação ao poder do Estado. Essa postura da burguesia é considerada perigosa e pode ser destrutiva para toda a sociedade brasileira, de modo que coloque em risco os diversos níveis da sociedade (níveis sociais, econômicos e políticos).

No nível social ela agrava ou mantém as desigualdades; no nível econômico, é acelerado o crescimento, de forma que aprofunda ou mantém a distância entre as classes sociais; já no nível político “impede o verdadeiro enquadramento nacional das estruturas com a dominação autocrática da burguesia” (FERNANDES, 1995, p. 130).

A partir desses breves elementos de reflexão sobre a realidade brasileira podemos entender como esse padrão de dependência interfere na educação superior.

[...] a dependência socioeconômica e cultural traduz uma incapacidade relativa frustradora na livre produção e na livre utilização da riqueza. Enquanto as nações ‘centrais’ ou ‘hegemônicas’ absorvem parcelas consideráveis das riquezas (ou excedente econômico) produzidas nas nações subdesenvolvidas, estas como que se especializam, graças às funções espoliativas do capitalismo no mercado mundial, em exportar riquezas (o que envolve: perda sistemática de parcelas consideráveis do excedente econômico real ou potencial). Daí resultam muitas conseqüências, para a dinâmica da cultura e para o desenvolvimento educacional. (FERNANDES, 1975b, p. 141)

Particularizando o debate na educação superior, no que se refere a expansão do ensino superior público, o Brasil foi o último país da América Latina a criar uma universidade, permeada por uma desigualdade gigantesca que se relaciona com a desigualdade estrutural pelo fato de ser um país com um padrão de dependência em relação aos países centrais e hegemônicos.

Portanto, na condição de país capitalista dependente, mesmo após deixar a condição de colônia, o Brasil não criou sua própria Universidade, enviando para Portugal os filhos das famílias abastadas, proprietários rurais e da indústria nascente. Somente na década de 1920, cria-se a primeira Universidade- a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) -, mas, mesmo assim, perdurou por quase todo o século XX um elitismo permanente no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras (OLIVEIRA, PEREIRA, FERREIRA, 2020, p. 266)

As universidades brasileiras, assim como outros aspectos da sociedade, são determinadas pelo padrão de dependência. Segundo Fernandes (1975a), as universidades no Brasil nasceram sob uma concepção dos interesses sociais e valores culturais das classes dominantes.

trabalho ocupassem cargos considerados inferiores ou braçais, pois, eram preferíveis trabalhadores brancos e imigrantes. Desta forma, contribuindo para a consolidação da desigualdade social que acontece até os dias atuais.

O padrão brasileiro de escola superior pressupõe um ingrediente externo, especificamente político, mas que é essencial - a natureza de sua relação com o sistema de poder de uma sociedade de estrutura oligárquica. As “causas próximas” das inconsistências e deficiências crônicas da escola superior brasileira constituem meras funções dessa conexão, ao mesmo tempo estrutural e dinâmica (FERNANDES, 1975a, p. 58).

A universidade virou uma instituição incapaz de preservar seus dinamismos educacionais e culturais. Educacionais, pois, sofre uma incapacidade de mentalidade universitária adequada à concepção do mundo e a escassez de recursos materiais e humanos que um país capitalista dependente necessitaria para alcançar outro patamar de desenvolvimento: de fato autônomo.

Como podemos observar a educação superior brasileira nasceu de um privilégio onde a democratização se inicia e termina de acordo com os interesses da burguesia (local associada a hegemônica), essa “ampliação do acesso à educação passou a ser uma exigência do capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma política inclusiva” (LIMA, 2007, p. 127).

O padrão dependente capitalista presente no Brasil atinge de forma direta a educação como um todo, mas singularmente a superior, já que esta última está inserida dentro de tal sociedade subdesenvolvida, construída através de um processo permeado pela heteronomia cultural, na qual produz uma desigualdade. Conforme destaca Lima (2005 apud DUARTE 2020a).

As nações capitalistas dependentes participam das inovações e do conhecimento, contudo, estas inovações não desempenham os mesmos significados e funções sociais que desempenham nos países centrais, pois existem dois ritmos históricos superpostos, dois tempos históricos diferenciados, característicos do desenvolvimento desigual dos países e de sua inserção hierarquizada na divisão internacional e sociotécnica do trabalho. Enquanto os primeiros (países centrais) determinam os rumos da sua própria história, os países periféricos estão dependentes dos avanços tecnológicos e das políticas, adequando-se subordinadamente a suas mudanças (LIMA, 2005 apud DUARTE, 2020a, p. 81).

Sendo assim podemos observar que, quanto à expansão do ensino superior, só foi possível após um “consentimento” integralizado à necessidade de novos meios de exploração. Em consequência, tivemos três momentos de expansão, esses momentos são essenciais para podermos entender a assistência estudantil na universidade pública no Brasil.

O primeiro momento de expansão foi durante a Ditadura Civil Militar nos anos de 1964 a 1985, em que foi patrocinado o ensino superior privado, dando o primeiro passo para

um espaço extremamente lucrativo, havendo, durante esse período, uma grande ampliação de vagas (OLIVEIRA, PEREIRA, FERREIRA, 2020), particularmente com a Reforma Universitária de 1968 (DUARTE, 2020b). O segundo momento foi durante os anos 1990, através de diversos movimentos que pressionavam o governo em busca de uma expansão dos direitos sociais, incluindo o ensino superior.

[...] um segundo momento expansivo do ensino superior brasileiro por meio de dois movimentos importantes: a) a fragilização do setor público, com a asfixia econômica e de recursos humanos e materiais nas IFES; b) a expansão de matrículas via mercado, com uma farta legislação que beneficiava a mercantilização do ensino superior brasileiro, isto é, o aumento de matrículas em IES com finalidades estritamente lucrativas. (OLIVEIRA, PEREIRA, FERREIRA, 2020, p. 267)

Já o terceiro momento ocorre no governo Lula nos anos 2000 que realizou um processo de viabilização da classe trabalhadora nas IES em cursos à distância, com expansão de matrículas, de modo mercantil, ou seja, tudo isso por via de programas governamentais que financiavam e ampliavam vagas em Instituições de Ensino Superior privadas, como é o caso do Fundo de Financiamento Estudantil- FIES⁸ e Programa Universidade Para Todos -PROUNI⁹ (DUARTE, 2020b).

Um dado significativo que mostra a ampliação de vagas foi levantado durante a pesquisa que realizamos a partir do Programa de Iniciação Científica da UnB (PIBIC/UnB – Edital 2020-2021), com o Plano de Trabalho intitulado “Educação superior brasileira: mapeamento e análise do período 2016-2018” (DUARTE; SILVA, 2021), que apresentou dados (a partir do estudo de Censos da Educação Superior no Brasil) destacando uma expansão das IES privadas.

O quantitativo de vagas no período de 2016 era de 10.662.501 em cursos de graduação, sendo que nas IES privadas a quantidade de vagas era de 9.911.651 e nas públicas eram 750.850 vagas. Logo, a rede privada ofertou 93% do total de vagas em cursos de graduação em 2016. A rede pública correspondeu a 7% das vagas ofertadas pelas instituições de educação superior (DUARTE; SILVA, 2021, p. 6).

Segundo destaque das autoras (DUARTE; SILVA, 2021, p.7), “já no Censo da Educação Superior – Notas Estatísticas 2017 (BRASIL/INEP, 2017), havia 2.448 IES e, desse

⁸ A lei que regulamenta o FIES é a Lei nº 10.260, de julho de 2001. O FIES foi criado para ser destinado ao financiamento estudantil de graduação aos estudantes matriculados em instituições de ensino não gratuitas (BRASIL, 2001).

⁹ Já o PROUNI é regulamentado pela Lei de nº 11.096, 12 de julho de 2005, que é uma conversão da MP nº 213, de 2004, o PROUNI é um programa também destinado aos estudantes de instituições não gratuitas e que não tenham nenhum tipo de diploma de graduação. (BRASIL, 2005)

total, 2.152 eram privadas e 296 eram públicas, ou seja, as IES privadas correspondiam a 87,9% das instituições”.

Diante dos dados apresentados podemos observar que existe uma maioria em relação as Instituições de Ensino Superior- IES privadas que permaneceu como maioria, atendendo aos interesses do capital burguês. Tal dado se dá como uma expressão da posição do Brasil como país de desenvolvimento capitalista dependente, dado que:

Os países de capitalismo dependente assumem uma função determinada e integrada à lógica do capital que potencializa as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no capitalismo. Estas relações são determinadas pelos interesses e vínculos existentes nas conexões dialéticas da organização econômica, social, política e cultural entre as sociedades (DUARTE, 2020a, p. 81).

Em seus estudos Duarte (2020a) explica que essa dependência se expressa na atualidade a partir, especialmente:

a) da ampliação da privatização da educação superior, com expansão das instituições privadas e com a privatização interna das universidades públicas, em especial com as parcerias público e privado; e b) do processo de desmonte do setor público, sem investimentos há décadas, com o comprometimento da sua autonomia, etc. (DUARTE, 2020a, p. 83).

A partir disso podemos constatar que não existe uma democratização de fato, pois o ensino superior recebe restritos aportes de recursos públicos para sua manutenção, sem investimentos densos principalmente na sua qualidade, o que acaba comprometendo as IES públicas e a garantia de uma educação que garanta de forma ampla quantitativa e qualitativamente o acesso e a permanência de estudantes.

No âmbito das IES públicas foram criados programas que viabilizaram a expansão quantitativa do ensino público superior, ofertando mais vagas, esses programas foram: 1) Universidade Aberta do Brasil - UAB¹⁰; 2) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI¹¹, mas no período de 2016-2018 o REUNI não

¹⁰ O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. (BRASIL/MEC. s.d.a, *online*)

¹¹ O REUNI, foi criado através do decreto nº 6.096/2007, e o seu objetivo era ampliar o acesso dos estudantes das universidades federais, além da ampliação de vagas houve uma ampliação para cursos noturnos. (BRASIL, 2007)

recebeu nenhum repasse financeiro que pudesse garantir a expansão das universidades (DUARTE; SILVA,2021), expondo os limites desta expansão.

Especialmente nos anos 2000, com a expansão do ensino superior que contribui contraditoriamente (ainda que com poucos recursos e sem consistente avanço qualitativo) para o acesso de estudantes às universidades públicas, oriundos da classe trabalhadora, houve a necessidade da criação de um programa que amparasse esses estudantes, pois boa parte destes estudantes possuem algum tipo de vulnerabilidade social e tem dificuldades em relação à permanência na educação superior. Tal programa é o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES que é a principal legislação a ser analisada para efetivação desta pesquisa.

2A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PERFIL DOS ESTUDANTES NAS UNIVERSIDADES: PNAES E O PERFIL DOS ESTUDANTES NA UNB 22

2.1 A Trajetória da assistência estudantil no Brasil: até o processo de implementação do PNAES

Para entendermos o processo histórico referente à assistência estudantil, precisamos apontar algumas informações relevantes e levar em consideração que em alguns momentos houve expansões, mas também retrocessos em sua história. A garantia de ter o direito à educação se deu com a Constituição Imperial de 1824 (BRASIL, 1824), que garantiu este acesso à educação, mas na Constituição Republicana de 1891 (BRASIL,1981), foi retirada esta garantia do estado de ofertar a educação, especificamente a educação primária. As políticas de educação, assim como outros setores da sociedade, passaram por disputas políticas e se configuraram de acordo com a lógica da burguesia devido ao nosso padrão de dependência.

A consolidação da educação passa a ser regulamentada pelo Estado, sendo reconhecida como um direito, durante o governo de Getúlio Vargas¹², em 1931 através do Decreto nº 19.851/1931, também instituindo a Lei Orgânica do Ensino Superior estabelecendo diretrizes sobre o ensino universitário, além da oferta de bolsas de estudos destinadas para aqueles estudantes considerados pobres. (BRASIL,1931)

O Decreto nº 19.851/1931, foi inserido na Constituição de 1934¹³ que, segundo Imperatori (2017), assegurou a assistência estudantil, sendo ampliada no ano de 1940 para todos os níveis do ensino no Brasil. A assistência aos estudantes também estava presente na Constituição de 1946, que assegurava em seu art.172 - “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946).

Durante as décadas de 1950 e 1970 houve uma considerável expansão das universidades no Brasil, e foi durante este período que deu a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (que é a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de

¹² A era Vargas aconteceu de 1930- 1945 e se encerrou após a tomada do poder dos militares através do golpe.

¹³ Em seu art. 157 assegura que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”(BRASIL, 1934).

1961) promulgada em 1961, e que em seus art. 90 e 91 que tratam da assistência social escolar na educação superior quanto básica, estabelece que:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (BRASIL, 1961)

Devido a expansão e a inserção da classe trabalhadora mesmo que de forma ainda desigual, as demandas dentro das universidades passaram a mudar, e esses estudantes “começaram a reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (SOUZA, 2005, apud IMPERATORI, 2017, p, 287).

Segundo Imperatori (2017), a Constituição de 1967, susteve as estimativas referentes a assistên -cia estudantil, mas acrescentou o direito à igualdade no que tange às oportunidades educativas, em seu art. 168 destaca que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967), além de demonstrar o “efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigindo o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”(BRASIL, 1967).

Outra legislação que contribui para ampliação, de fato, da assistência estudantil foi a criação do Departamento de Assistência ao Estudante¹⁴, o referido departamento era vinculado ao Ministério da Educação,

uma importante conquista para a assistência estudantil por se constituir em um espaço dentro do aparato do Estado com o objetivo de sistematizar uma política de assistência ao estudante” [...] “suas ações também se pautavam pelo atendimento em áreas de proteção social que abarcavam os estudantes independentemente de sua classe social (SOUZA, 2017, p. 52).

¹⁴Para mais detalhes sobre o Departamento consultar através do link: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002937.pdf>

Priorizando programas de alimentação, assistência médico-odontológica e moradia, tais programas e ações estavam presentes na Lei de Diretrizes e Bases de 1971, a qual considerava que a assistência estudantil é destacada de forma obrigatória, como traz em seu art. 62:

Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino. § 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar. § 2º O Poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas sócio educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incumbir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo (BRASIL, 1971)

No ano seguinte foi criado através do Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, o qual, instituiu em todo território nacional, o programa bolsa trabalho, que consistia em ofertar atividades profissionais, para aqueles estudantes considerados baixa renda (BRASIL, 1972) conforme apresentado em seu art. 2º

Caberá ao Programa "Bolsa de Trabalho" proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades. (BRASIL, 1972)

Mas em conformidade com Imperatori (2017), em 1980, a assistência estudantil ficou fragmentada no sentido de que cada instituição passou a ter suas ações sem interlocução entre si, ou seja, cada instituição de ensino tem seu modo de agir referente à assistência relacionada ao estudante.

Após várias pressões de movimentos sociais foi criada a Constituição Federal de 1988, nela foi consolidado diversos direitos políticos e sociais, além de reconhecer a educação e outras políticas sociais como direito social e dever do Estado, em seu art. 205 fica reconhecida como:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

No que refere às diretrizes para todos os níveis de educação, foram estabelecidos através da Lei nº 9.394/1996, de dezembro de 1996, alguns aspectos pertinentes à assistência estudantil, como mostra em seu Art. 4. Inciso VII que previa “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1996), mas foi revogada em 2013, pela Lei nº 12.796, de 4 abril de 2013 (BRASIL, 2013).

Sendo assim, conforme Imperatori (2017), a educação superior passou a ser autorizada e ministrada por instituições de ensino- IES públicas ou privadas, cumprindo o credenciamento necessário.

As legislações citadas¹⁵ até aqui, são as que foram consideradas mais importantes para a pesquisadora, até o processo de implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, que é a política base para entendermos a assistência estudantil na atualidade.

Após alguns estudantes (estudantes pobres) passarem a ter diversas dificuldades durante a graduação, como falta de cursos noturnos, horário de aulas extensas, materiais caros, dificuldade de conciliar os estudos e o trabalho. Considerando principalmente a situação socioeconômica dos estudantes, foi-se necessário pensar em alguma forma de estratégia para se ter, de fato, uma democratização da permanência e acesso aos estudantes mais pobres.

Em concordância a visão de Vargas (2008) as desigualdades sociais dificultam a permanência nos estudos.

dificuldade de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho (VARGAS, 2008, p. 50)

Isto é, para que esse estudante possa permanecer nas universidades é necessário que haja uma política que o dê aportes suficientes para a sua permanência, é com essa perspectiva que é criada a Legislação que regulamenta o Programa de Assistência Estudantil, no ano de 2007, através da Portaria Normativa de 39, de 12 de dezembro de 2007, que implementou a política em todo o âmbito nacional. “Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas IFES do Brasil”. (IMPERATORI, 2017, p. 294)

¹⁵ As legislações estão listadas no apêndice A, para melhor compreensão.

Em seu art. 2º eram compreendidas as ações do programa como: a) moradia; b) alimentação; c) transporte; d) assistência à saúde; e) inclusão digital; f) esporte; g) creche; h) apoio pedagógico (BRASIL, 2007). O objetivo do PNAES é fazer uma articulação com os diversos setores e políticas sociais, com a finalidade de garantir a proteção social aos usuários (que são os estudantes) de forma mais ampla, sendo definidas apenas as ações do programa, e não a forma que cada instituição deverá executá-las. Exemplo mais concreto são os auxílios para alimentação nas universidades, que ao invés de oferecer a gratuidade para os estudantes, oferecem um determinado valor para que os estudantes venham a realizar suas refeições. Há ainda a possibilidade de acumulação de programas, exemplo, o aluno beneficiário de moradia, pode ser beneficiário da alimentação, creche, assistência à saúde e inclusão.

Os estudantes que eram o público-alvo da assistência estudantil prevista pela Portaria normativa de 2007 (BRASIL, 2007), eram os estudantes de graduação matriculados de forma presencial, e que fossem selecionados conforme os critérios socioeconômicos, isto é, aqueles estudantes considerados vulneráveis, entretanto, as instituições poderiam estabelecer outras condições.

Conforme destacado por Imperatori (2017), pelo fato da assistência estudantil não possuir critérios restritivos de forma explícita, tem uma especificidade de ser uma política ampla, e por não ser um benefício contributivo, faz com que tenha uma proximidade com a assistência social¹⁶.

Em 2010, a Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, foi alterada e a política passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), considerada uma legislação que dá um pouco mais de estabilidade à política comparada à uma portaria. Em seus objetivos foram definidas novas determinações quanto ao PNAES, onde ampliava as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública. Em seu art.2º ficam definidos como objetivos (BRASIL,2010): a) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; b) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; c) reduzir as taxas de retenção e evasão; d) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

¹⁶ A política de Assistência social foi legitimada como política pública após a Constituição Federal de 1988, reconhecida como direito dos cidadãos e dever do Estado. Em 1993 seus fundamentos foram ampliados com aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

Essa nova versão do PNAES corrobora para uma limitação em relação à política, através da focalização¹⁷ dos estudantes, em seu art.5 é estabelecido que serão atendidos de forma prioritária aqueles estudantes que eram provenientes de escolas públicas, ou que tinham a renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Consequentemente, ser usuário da assistência estudantil só era possível a partir do critério de renda, a tornando mais limitada do que a legislação anterior. Imperatori (2017) evidencia que:

Isso significa que não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação. Ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários. Outro aspecto interessante é observar que o usuário da assistência estudantil é o próprio estudante e não sua família, o que agrega um caráter individual ao programa. (IMPERATORI, 2017, p. 297)

Mas se pararmos para refletir analisando a legislação e observando os critérios socioeconômicos definidos, pode ser constatado que a assistência estudantil na atualidade pode ser considerada, segundo o senso comum, uma política com caráter similar a caridade, pois é uma política onde é feito um estudo (e um processo seletivo) focado na renda, e a vulnerabilidade social não se dá apenas pelo contexto vinculado à renda, devem ser considerados fatores externos.

Diante disto é necessário explicitar que vulnerabilidade social é um conceito estruturante para a política de assistência estudantil tanto quanto para a assistência social. A condição de estar em vulnerabilidade social não é relacionada apenas à questão da renda, também influenciam “a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social.” (OLIVEIRA et. al., 2019, p. 5) Além da falta de acesso aos serviços básicos como, educação, assistência social e educação, também considerados como uma inserção na condição de vulnerabilidade social.

No ano de 2016, houve a implementação da EC 95, que tinha a proposição de implementar um teto de gastos públicos e federais, aprovada em 16 de dezembro de 2016. Essa EC instituiu um novo regime fiscal, para os próximos 20 anos, e essa implementação impede a ampliação e manutenção dos serviços públicos, sem acompanhar o crescimento populacional, apenas se baseando e se ajustando de acordo com os índices de preços do consumidor. Segundo Reinholz (2018, *online*), “quando a emenda diz que a partir de agora o crescimento é só pelo índice do IPCA, ela está dizendo que os gastos (investimentos) sociais

¹⁷ Focalização no sentido não significa restringir o acesso dos usuários aos direitos ou a determinadas políticas, mas sim fazer a diferenciação daqueles que precisam de uma atenção maior com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

serão reduzidos, porque o crescimento do índice é insuficiente para contemplar o crescimento da população”.

Segundo Lima (2021), a Emenda Constitucional 95 em conjunto com o descompromisso do governo em relação à educação pública ao longo dos anos, vem causando um desfinanciamento da assistência estudantil, ao contrário da demanda, que vem aumentando a cada ano. O PNAES, que possui um caráter não universalista, tem se tornando cada vez mais focalizado.

Analisando as legislações até aqui podemos considerar que assistência estudantil é um objeto que está inserido em um campo de disputa, inserida em uma economia de capitalismo dependente que agrava mais a situação. A regulamentação da política de assistência estudantil, sendo considerada como uma estratégia para combater as desigualdades sociais que permeiam o âmbito universitário, tem um grande símbolo para a democracia do acesso.

2.2. PERFIL DOS ESTUDANTES NAS UNIVERSIDADES: a Universidade de Brasília em destaque

2.2.1. Quem é a Universidade de Brasília- UnB?

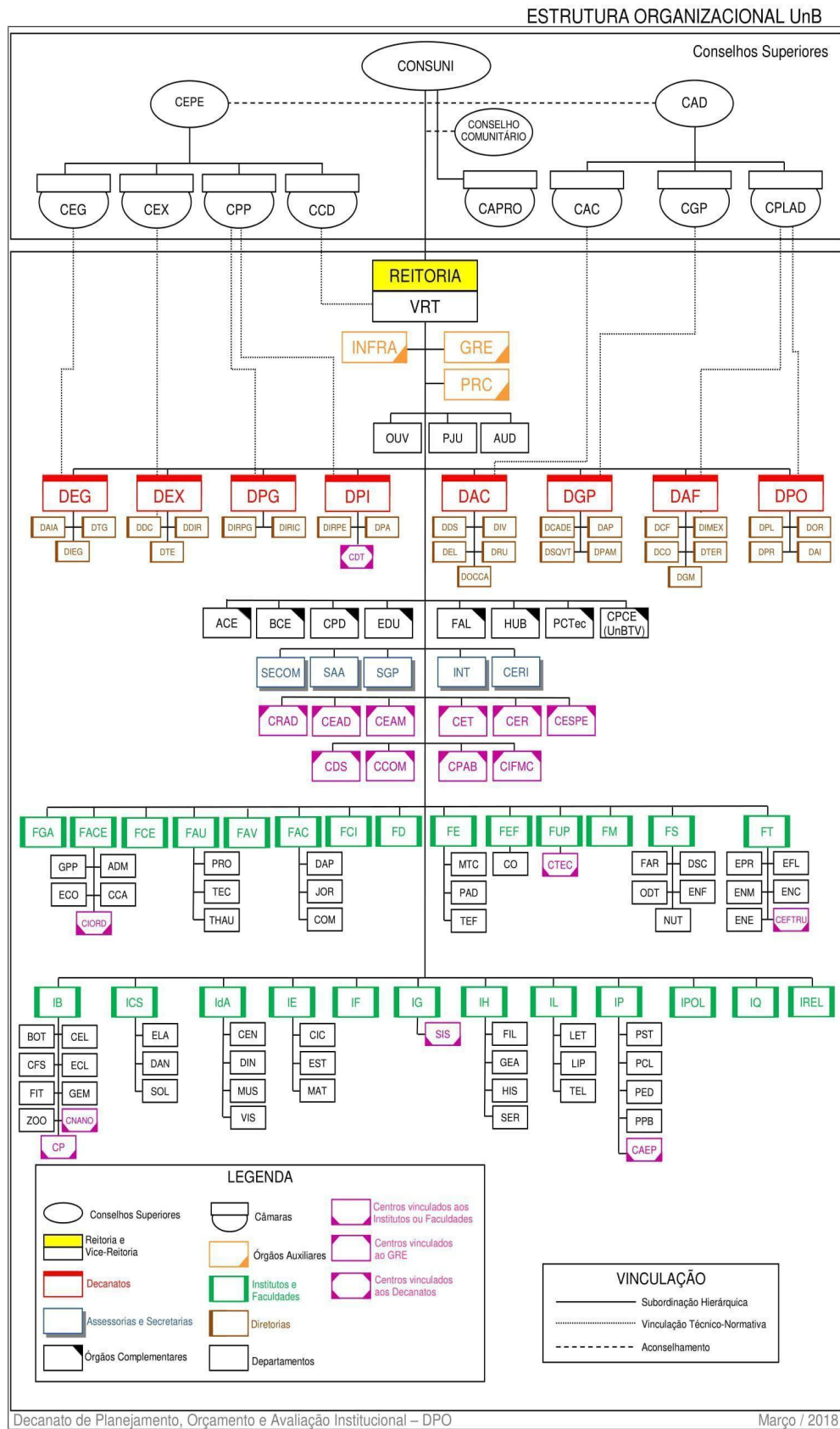
Em 15 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a Lei de nº 3.998 de 1961, que autorizava a criação da mais nova universidade do país. A Universidade de Brasília- UnB, constitui-se como uma universidade pública federal e foi inaugurada em 21 de abril de 1962, com intuito de criar uma nova educação. A instituição teve como influência homens que são: Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Oscar Niemeyer, que definiram as bases do modelo pedagógico e a arquitetura.

O primeiro campus a ser inaugurado foi o Darcy Ribeiro localizado na Asa Norte e possui vários institutos, faculdades, laboratórios, tem hospitais, casa do estudante universitário, apartamentos funcionais da Colina, biblioteca e restaurante universitário (UNB, s.d.a, *online*).

Inaugurado em 16 de maio de 2006, o campus Faculdade de Planaltina, mais conhecido como FUP, possui quatro edifícios e as suas disciplinas e áreas de conhecimento estão relacionadas às ciências agrárias e naturais (UNB, s.d.a, *online a*). Em 28 de setembro de 2007 foi inaugurado o campus Faculdade Gama, conhecido como FGA, suas disciplinas e áreas de conhecimento são relacionadas às engenharias (UNB, s.d.a, *online b*). A inauguração do Campus Faculdade Ceilândia foi no dia 28 de agosto de 2008, e suas disciplinas e áreas de conhecimento são focadas nos cursos de ciências da saúde (UNB, s.d.a, *online c*). Ambos os campus que foram criados nas regiões administrativas de Brasília, possuem em seus edifícios serviços de alimentação, xerox, laboratórios e biblioteca, mas o campus FUP é peculiar pois tem um alojamento idealizado para receber os estudantes, durante o “Tempo Escola”, os estudantes são da graduação Licenciatura em Educação no Campo - LEDOC.

A organização na UnB é dividida em estrutura igualitária em todos os campi, o que proporciona um funcionamento da universidade em conformidade com a figura 1:

Figura 1- Estrutura Organizacional UnB:



Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional- DPO (UNB, 2017)

A estrutura e as regras da UnB foram estabelecidas através do Plano Orientador da Universidade que ainda hoje está em vigor. Por ser uma instituição, a Universidade possui uma missão, em seu site oficial é apresentada como:

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência. (UNB, s.d.a, *online d*)

Como uma universidade pública, o lema ensino, pesquisa e extensão é levado muito a sério, buscando sempre a excelência no ensino e formar bons profissionais. Em seu art. 207 a Constituição Federal de 1988 resolve que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Possui cursos de graduação, pós-graduação, educação a distância, constituindo-se a partir de “12 institutos, 14 faculdades, 53 departamentos e 16 centros que compõem a sua estrutura acadêmica da Universidade de Brasília (dados de 2014)” (UnB. s.d.a, *online e*).

No que diz respeito às pesquisas, atualmente a universidade é composta por mais de 600 grupos de pesquisas, em diversas áreas do conhecimento e quatro institutos nacionais de ciência e tecnologia. Os grupos de pesquisa¹⁸ dão boa parte do suporte para o funcionamento e inovação da universidade, pois estão em contínua evolução, favorecendo não só a universidade, mas a comunidade em geral¹⁹.

¹⁸ “O grupo de pesquisa é um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou duas lideranças, cujo fundamento organizador é a experiência e o destaque no terreno científico ou tecnológico. No grupo existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa. O trabalho organiza-se em torno de linhas comuns e, em algum grau, compartilham-se instalações e equipamentos” (UnB, s.d.a, *online f*).

¹⁹ Os links sinalizados são relacionados a notícias de pesquisas feitas por estudantes e pesquisadores, durante a pandemia da covid-19:

a) <https://noticias.unb.br/76-institucional/4047-hub-e-unb-produzem-mascaras-cirurgicas>;

b)

<https://noticias.unb.br/117-pesquisa/4257-pesquisadores-apresentam-maquina-que-descontamina-mascaras-n95>;

c)

<https://noticias.unb.br/117-pesquisa/5316-faculdade-unb-ceilandia-e-hospital-universitario-desenvolvem-tecnica-para-identificar-variante-de-covid-19>.

2.2.2 O perfil dos estudantes nas universidades: breve exposição sobre a Universidade de Brasília

Para compreendermos o perfil dos estudantes no ensino superior nas universidades públicas, bem como o perfil na Universidade de Brasília, utilizamos dois documentos importantes: a) a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, publicada no ano de 2019, sendo a última pesquisa disponibilizada (ANDIFES/FONAPRACE, 2019); e b) o Anuário Estatístico 2020²⁰ da Universidade de Brasília, cujos dados coletados para sua construção são referentes ao ano de 2019, o último ano com aulas presenciais antes da pandemia.

É importante destacar que as pesquisas, relatórios e anuários possuem um papel fundamental para trazer dados e elementos referentes às políticas de assistência estudantil, além de se constituírem como um meio para conhecer as universidades públicas de todo o país.

Em conformidade à pesquisa do ANDIFES/FONAPRACE (2019), tais pesquisas foram fundamentais para reconhecer os aspectos considerados essenciais e fundamentais para o perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) dos estudantes em cursos de graduação. “Ademais, era preciso evidenciar, por meio de pesquisas sistemáticas, as recentes mudanças no perfil estudantil.” (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p.13)

As pesquisas nacionais referentes ao perfil socioeconômico e cultural dos graduandos, feitas no ano 2000, mostram que há uma expansão de vagas do acesso ao ensino superior das IFES.

Durante os anos 2000, houve significativa expansão de vagas e instituições federais de ensino superior. No período 2003-2017 registrou-se um crescimento de 260% no número de vagas ofertadas. Apenas em 2017 foram mais de 393.000 vagas em cursos de graduação presencial (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p. 13).

O primeiro resultado importante sobre a V pesquisa é referente ao perfil racial dos estudantes das IFES, conforme a tabela 1 (ANDIFES/FONAPRACE, 2019).

²⁰ Os dados utilizados são sempre dados referentes ao ano anterior da pesquisa.

Tabela 1 - Perfil racial dos estudantes no ano de 2018

Cor e Raça	Ano 2018
Negros	51,2%
Branco	43,3%
Amarelos	2%
Indígenas	0,9%

Fonte: Elaboração própria, Pesquisa 2018 do ANDIFES/FONAPRACE (2019, p. 58)

Em conformidade com a pesquisa utilizada, no ano de 2014 eram 2.329 estudantes indígenas aldeados, em 2018 o número era de 4.672 estudantes. Em relação aos estudantes pretos quilombolas no ano de 2014 eram 4.231, e no ano da pesquisa eram 10.747. “O contingente estudantil de pretos quilombolas cresceu cerca de uma vez e meia, ou seja 154%” (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p. 58).

Já na UnB os dados referentes à raça se destacam: os estudantes pardos que são a maioria 38,4% (sendo 15.225 estudantes), e os brancos ocupam o segundo lugar 36,9% (sendo 14.659) (UNB, 2020, *online*, p. 220).

Tabela 2- Alunos da UnB regulares registrados nos cursos de graduação, por raça/cor autodeclarada e sexo, referente ao 2º semestre de 2019

Raça	Feminino	Feminino %	Masculino	Masculino %	Total	Total %
Aluno não quis declarar cor/raça	2.816	53,1%	2.483	46,9%	5.299	13,3%
Amarela	335	57,7%	246	42,3%	581	1,5%
Branca	7.192	49,1%	7.467	50,9%	14.659	36,9%
Indígena	77	37,9%	126	62,1%	203	0,5%
Não dispõe de informação	3	60%	2	40%	5	0%
Parda	7.766	51%	7.459	49%	15.225	38,4%
Preta	1.937	52%	1.790	48%	3.727	9,4%
Total	20.126	50,7%	19.573	49,3%	39.699	100%

Fonte: Anuário estatístico (UNB, 2020, *online*, p.220)

A respeito da renda mensal dos estudantes das Instituições de Ensino Superior- IFES, que se encaixam no PNAES, a V pesquisa revela que 70,2 % dos estudantes se enquadram na política, ou seja, possuem uma renda de até um salário-mínimo e meio.

No centro-oeste, região em que se encontra a Universidade de Brasília, em 2018, 63,7% dos estudantes se enquadravam nos critérios do PNAES, com uma renda de até um salário-mínimo e meio (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p. 59).

Conforme os dados apresentados pela UnB em seu anuário estatístico (UNB, 2020), os estudantes beneficiários da assistência estudantil no 2º semestre de 2019 estão especificados na tabela 3, como se segue:

Tabela 3- Estudantes beneficiários da assistência estudantil em 2019

Programa	Quantidade de alunos
Bolsa-Alimentação: Número de refeições subsidiadas para estudantes carentes (RU)	687.805
Auxílio-Alimentação/Bolsa-Alimentação - Beneficiários	6.455
Auxílio Socioeconômico/Bolsa Permanência - Beneficiários	3.176
Moradia Estudantil da Graduação - Beneficiários	2.094
Vale Livros- concedidos	324
Auxílios Emergenciais pagos	178
Moradia Estudantil da Pós-Graduação - Vagas em apartamentos	72
Moradia Estudantil da Pós-Graduação - Novos estudantes atendidos (por vagas abertas)	37

Fonte: Anuário estatístico (UNB, 2020, *online*, p.615)

Assim como destacado no Anuário Estatístico da UnB (UNB, 2020, *online*), as ações da assistência estudantil mais utilizadas de forma geral nas universidades, conforme a V pesquisa (ANDIFES/FONAPRACE, 2019), são os auxílios relacionados à alimentação e

permanência²¹, conforme apresentado na tabela 4, mas os dados sobre transporte em relação à Universidade de Brasília não foram identificados.

Tabela 4 - Ações dos programas de assistência estudantil mais utilizados segundo a pesquisa realizada pelo ANDIFES - 2018

Ações	Porcentagem
Alimentação (acesso aos restaurantes, com ou sem bolsa ou auxílio financeiro)	17,3%
Transporte (via bolsa, isenções ou auxílios financeiros)	8,2%
Bolsa permanência da instituição	7,6%
Moradia (moradias estudantis, a bolsas ou auxílios financeiros)	7,5%
Atendimento psicológico	3,0%
Atendimento médico	2,9%

Fonte: Pesquisa 2018 do ANDIFES/FONAPRACE (2019, p.72)

A V pesquisa também apresenta dados referentes aos estudantes que trabalham: desses estudantes 21,6% trancam as matrículas, e 1/3 são afetados pela carga horária de trabalho, o que representa 34% dos trancamentos. Tal dado indica que o trabalho pode interferir nas vidas dos estudantes, promovendo uma instabilidade em suas vidas acadêmicas (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p.66). Tendo em vista que o tempo de dedicação aos estudos, é considerado muito, segundo a percepção da autora, considerando a sua vivência na universidade. Quase uma dedicação exclusiva, pois é necessário que seja destinado tempo para leituras, exercícios, revisão de conteúdo, trabalhos referentes às disciplinas, pesquisas e projetos de extensão que existem nas universidades. E muita das vezes a dedicação junto ao trabalho não permite que haja uma qualidade necessária aos estudos e a vida relacionada a universidade.

Portanto, podemos observar que a renda é um fator decisivo, apesar de não ser o único, referente ao perfil dos estudantes das IES públicas, e que pode colocar em risco a sua permanência nas instituições, levando em consideração a renda per capita e o dado referente aos trancamentos feitos por estudantes que trabalham.

²¹ No capítulo 3 será aprofundado o debate sobre os principais programas explanados no objetivo deste trabalho

Outro dado extremamente importante para esta pesquisa refere-se aos estudantes cotistas que ingressaram nas universidades: os estudantes de escola pública/PPI/renda de até um salário-mínimo e meio são responsáveis pelo ingresso de cerca de $\frac{1}{3}$ dos cotistas, representando 32,4% dos estudantes, e a maioria dos cotistas, independente da modalidade possuem uma renda de até um salário mínimo e meio per capita. (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p. 70)

Os dados referentes aos alunos regulares nos cursos de graduação, por cota de ingresso e sexo, referente ao 2º semestre de 2019 são apresentados na tabela 5.

Tabela 5 - Alunos regulares de graduação no 2º semestre de 2019, conforme o ingresso por cota

Cotas	Feminino	% Feminino	Masculino	% Masculino	Total	% Total
Étnica	5.417	51,4%	5.120	48,6%	10.537	64,7%
Pessoa com Deficiência	5	31,2%	11	68,8%	16	0,1%
Escola Pública	7.497	53,8%	6.445	46,2%	13.942	85,7%
Social/ Renda Familiar	1.497	52,2%	1.597	47,8%	3.344	20,5%
Total	8.559	52,6%	7.717	47,4%	16.276	100%

Fonte: Anuário estatístico (UNB, 2020, *online*, p.235)

Apoiando-se nos dados apresentados na tabela 5, podemos observar que a maioria dos estudantes são oriundos de escola pública e relacionadas a etnia, ou seja, raça. Mas tal dado não significa que o acesso à educação é democrático para as pessoas negras.

Fernandes (1989) destaca em seu livro, que o Brasil traz resquícios de um sistema colonial, em que os negros, continuaram em um papel de inferiorização. Contribuiu para isso, após a “abolição” da escravatura no Brasil, a opção por usar a mão de obra de imigrantes para os trabalhos considerados mais promissores, e aqueles ex- escravos que conseguiram algum tipo de trabalho, mantiveram seus postos, ou seja, os trabalhos mais braçais.

Despreparados para competir com os imigrantes ou para se deslocar para outras ocupações, foram condenados ao ostracismo e à exclusão, somente a mulher negra

logrou enfrentar esse período sem perder onde trabalha, embora sujeita a uma exploração aviltante (FERNANDES, 1989, p.56).

Destaca-se também que aqueles que não buscaram a migração para outras regiões de origem “repudiavam o trabalho “livre”, que lhes era oferecido, porque enxergavam nele a continuidade da escravidão sob outras formas” (FERNANDES, 1989, p.58). A busca por condições de trabalho e condições melhores de subsistência, os exigia mais. Essa busca permeia a sociedade em seus moldes até a atualidade, incluindo o acesso à educação.

Foi a partir desses moldes que a desigualdade racial foi sendo construída no país, desde o Brasil colônia e se perpetuando até a atualidade, reflete diretamente também no acesso à educação, pois pessoas negras e com a renda inferior até têm conseguido entrar nas universidades, mas estes têm tido dificuldades na sua permanência, precisando ser amparados por políticas de permanência e também de acesso, como é o caso da lei de cotas e a criação do PNAES.

No que se refere aos estudantes cotistas, a V Pesquisa destaca:

Ora, é muito claro que a faixa de renda mensal familiar *per capita* da maioria dos (as) cotistas torna-os (as) potencialmente candidatos (as) a demandantes de políticas de assistência estudantil. Neste sentido, é imperativo que gestores conheçam e se atentem para a realidade socioeconômica destes discentes cotistas, posto que 48% deles têm, em 2018, renda mensal familiar *per capita* de até meio SM (R\$477,00) (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p. 70 grifos da autora).

Como alternativa para minimizar os danos e enfrentar as dificuldades, as IFES usam os mecanismos possibilitados pelo PNAES, mas com o aumento da demanda, somada à redução de recursos destinados às universidades públicas, a política acabou ficando cada vez mais focalizada e, em consequência, alguns estudantes passaram a não conseguir ser contemplados.

Conforme os dados apresentados, podemos observar que há um novo perfil dos estudantes nas universidades, constituído por negros, pardos e com a renda inferior a 1 salário-mínimo e meio. Esse novo perfil representa uma expansão democrática parcial da educação superior no Brasil, pois, diante deste novo perfil de estudantes que ingressam na Universidade, é fundamental que se garanta a permanência destes discentes nesse ambiente. Sendo assim, podemos observar o quão importante é a assistência estudantil na vida desses sujeitos, a fim de garantir minimamente a permanência dos discentes.

Após esse breve levantamento de dados sobre o perfil dos estudantes, de modo geral referente aos que estão vinculados à assistência estudantil, é necessário seguirmos com a análise sobre a política de assistência estudantil na Universidade de Brasília, levando em

consideração seus programas e seus desafios em tempos tão complexos, como o contexto da pandemia da Covid-19.

3 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA

3.1 Mudança de conjuntura em virtude da pandemia

Em 2020, especificamente no dia 26 de fevereiro, foi noticiado nas mídias sociais e nos sites oficiais do governo federal o primeiro caso de covid-19 no país, em que um paciente de 61 anos deu entrada em um hospital particular de São Paulo, mas primeira morte no Rio de Janeiro, foi de uma trabalhadora doméstica, de 63 anos, “Ela teve contato com sua empregadora, paciente que testou positivo para o Covid-19” (VIRISSIMO, 2020).

A Covid-19 é uma doença considerada de alto contágio, ou seja, infectocontagiosa, sendo causada por uma síndrome respiratória, também considerada aguda grave (OPAS, s.d.a, *online*). Após ser confirmado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, as autoridades da saúde informaram que seria possível que houvesse uma circulação do vírus.

Para evitar a contaminação do vírus, deveriam ser respeitadas as medidas sanitárias, conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde- OMS (SBPT, s.d.a, *online*), que são: a) lavar as mãos com água e sabão; b) fazer o uso de álcool gel nas mãos quando não houver a possibilidade de lavar as mãos; c) uso de máscaras, evitar tocar nariz e boca sem que as mãos estejam limpas; d) deixar os ambientes bem ventilados; e) reduzir o contato com o próximo; f) destacando o contato em locais fechados pois o índice de contágio é maior; g) evitar aglomerações.

No dia 07/03/2020, foi noticiado o primeiro caso de covid-19 em Brasília²², quando uma mulher de 52 anos foi a primeira paciente a ser diagnosticada, mas outros 29 casos eram considerados suspeitos. Diante desta expansão dos casos, diversos setores foram obrigados a fechar e suspender as suas atividades mantendo apenas as atividades essenciais, uma dessas instituições é a Universidade de Brasília que é o foco desta pesquisa.

No momento em que foram destacadas a existência da Covid-19, a universidade buscou implementar um modelo de monitoramento em relação ao vírus e sua transmissão por meio da criação do Comitê Gestor do Plano de Contingência em Saúde do Covid-19 (Coes/UnB), composto por alguns especialistas e tem o “objetivo de realizar ações, orientar e

²²Disponível

em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/07/ministerio-da-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-distrito-federal.ghtml>

prestar consultoria, de forma sistematizada, no tocante às eventuais ocorrências relacionadas ao covid-19 no âmbito da UnB” (UNB, 2020, *online a*, p. 11). O Coes/UnB, ajudou na construção e elaboração do Plano de Contingência da Universidade de Brasília (UnB) para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

As informações sobre as ações institucionais ficaram disponíveis para toda a sociedade, através dos sites oficiais da universidade e dos encaminhamentos nos e-mails institucionais. Para repassar essas informações foi realizado um acompanhamento sobre o cenário da Covid-19 no Brasil e no DF.

A Universidade de Brasília divulgou uma nota em sua página oficial de notícias²³, no dia 12/03/2020, decidindo pela suspensão das atividades presenciais, através do Ato da Reitoria nº 0392/2020 (UNB, 2020 *online b*), após o governo do Distrito Federal publicar o Decreto nº 40.509, que dispunha em seu art. 2º a suspensão de eventos, atividades educacionais em todas as escolas e universidades de toda a rede do DF.

Antes de ser analisado pelos conselheiros, o decreto foi apreciado pelo Comitê Gestor do Plano de Contingência do Covid-19 na UnB, criado pelo Decanato de Assuntos Comunitários para monitorar a evolução da doença e dar orientações à comunidade da UnB sobre como proceder em cada fase do surto (UnB, 2020, *online c*).

Com o avanço da pandemia, a UnB deliberou e oficializou a suspensão do calendário acadêmico no dia 23/03/2020, através da resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Nº 0015/2020 (UNB, 2020, *online d*), até o momento em que permanecesse a situação de emergência de saúde, mas manteve as atividades como: a) os estágios supervisionados; b) atividades na área de saúde dando preferência àquelas que relacionadas ao combate à Covid-19; c) bancas de defesa de trabalho de conclusão de curso, defesa de dissertações e teses, que pudessem ser defendidas de forma *online*; d) atividades de extensão que fossem para o atendimento da população, mas que pudessem ser realizadas de forma *online*.

Durante esse período de suspensão das atividades, foi criado o Subcomitê de Pesquisa Social-Ccar, por meio do Ato da Vice-Reitoria n. 14/2020 (UnB, 2020, *online e*) no dia 15 de maio de 2020, coordenado por um docente do Instituto de Ciência Política (IPOL), no qual foi feita uma pesquisa social, levantando dados sociais e econômicos sobre as pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica da UnB.

²³Disponível em: <https://noticias.unb.br/69-informe/3996-informe-sobre-suspensao-de-atividades-presenciais-na-unb>. Acesso em: 18/04/2022

A pesquisa social teve como objetivo levantar o perfil das pessoas que compõem a vida na universidade, sendo a primeira pesquisa coletada dessa forma institucional. Diante disso, foram levantados dados sociais e econômicos para tentar contribuir com as ações de enfrentamento a Covid-19 nos âmbitos da comunidade acadêmica. Neste sentido, foram realizadas três pesquisas, sendo a primeira divulgada no mês de julho de 2020, buscando coletar dados sobre as condições de retomada do calendário acadêmico e evidenciar as deficiências da comunidade, a fim de que o ensino remoto acontecesse da melhor maneira.

Ao todo, foram coletados 25.897 questionários que mostram o perfil socioeconômico da comunidade universitária, avaliação da disponibilidade de equipamentos de informática, acesso à internet, condições de trabalho/estudo no domicílio, uso de ferramentas digitais e a situação de saúde dos membros da comunidade e suas famílias (UnB, s.d.a, *online g.*).

Nem todos os estudantes puderam responder a pesquisa social, entretanto, mesmo com esta dificuldade, a Universidade conseguiu subsídios suficientes para entender o perfil dos estudantes, após a mudança de conjuntura em virtude da pandemia da covid-19 e a pesquisa deu os aportes para a instituição pensar nas possibilidades de auxiliar a comunidade. Após a coleta de dados referentes a esta pesquisa social, foi produzida uma Nota Técnica (UnB, 2020, *online f.*), explicando as condições da universidade, neste período. No referido documento foram feitas recomendações para a universidade, com destaque para a necessidade de refletir de forma clara sobre as desigualdades sociais presentes no país e na instituição.

Além das recomendações são apresentados os resultados da pesquisa (UnB, 2020 *online f.*), considerando o perfil socioeconômico dos discentes de graduação: a) referente aos equipamentos de informática, é apresentado que 6% dos estudantes que responderam à pesquisa não tinham computador ou tablet, evidenciando que é necessário algum apoio da universidade para ter acesso ao ensino remoto; outro dado importante é que 18% dos estudantes utilizavam alguns equipamentos emprestados pela UnB. Quanto ao acesso à internet, “apesar da quase totalidade do corpo discente que respondeu a pesquisa declarar ter acesso à internet fora da UnB, aproximadamente 30% dizem ter acesso precário, lento ou não ter qualquer acesso à internet” (UnB, 2020 *online f.*, p. 10).

Ainda conforme o documento da UnB (UnB, 2020 *online f.*, p.11) “74% do corpo discente é usuário de ônibus, transporte público e coletivo, como modal mais frequente de locomoção ao campus”. Ou seja, esses fatores poderiam estimular o contágio pela Covid-19 e foi essa pesquisa que deu aportes para a universidade pensar algum programa que viesse atender aos estudantes por meio da assistência estudantil, buscando auxiliar para que esses

estudantes pudessem se manter em seus cursos de graduação, além de ter aportes para definir a volta das aulas.

Em 28 de julho de 2020, foi divulgada a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0059/2020 (UNB, 2020, *online*, g), que dispunha sobre o planejamento de atividades de forma não presencial e emergencial de todos os cursos (graduação e pós-graduação), em virtude da pandemia da Covid-19. Em seu art. 2º resolve que

Art. 2º O calendário acadêmico do primeiro semestre letivo de 2020 (1/2020) dos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade de Brasília será retomado exclusivamente de forma não presencial e em caráter emergencial durante o período de excepcionalidade da pandemia do COVID-19, em consonância com o proposto para as Etapas 0 e 1 do Plano Geral de Retomada das Atividades da Universidade de Brasil (UNB, 2020, *online* g).

No dia 23/06/2020, foi publicada uma nota da ABEPSS na qual alertava sobre algumas propostas sobre o Ensino Emergencial Remoto (ERE), na qual ressalta que elas

possuem visíveis fragilidades em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo de aprendizagem”. Outras preocupações relativas a este processo se referem as condições de trabalho docente e a precarização e intensificação do trabalho a partir da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s), além, inclusive, das questões atinentes à autonomia, democracia e liberdade de expressão nas Universidades. (ABEPSS, 2021, p. 4)

Para a ABEPSS (2021), deve ser considerado também o debate sobre as mudanças que acontecem em virtude da crise²⁴ estrutural do capital, que é aprofundada em um contexto pandêmico, sendo assim, deve ser considerada apenas as questão referente ao acesso a internet ao a disponibilização de equipamentos, mas todas as condições que podem interferir no processo de aprendizagem, considerando também a precarização do trabalho.

Temos que nos atentar para a reorganização do processo de trabalho e para a redefinição do papel social da docência que o Ensino Remoto Emergencial está impondo. Sem nos esquecermos dos condicionantes que marcam o mundo do trabalho no contexto da pandemia, podemos inferir que o ERE pode criar as bases

²⁴ “Crise esta que possui elementos econômicos, socioculturais, ideológicos e políticos, mas é imperioso reconhecer que ela desnuda profundamente a desigualdade estrutural que fundamenta nossa sociedade, não só como estrutura teórica e política constitutiva das relações capitalistas. Esta crise desnuda a forma material na ponta da vida de cada sujeito da classe trabalhadora. Seja no roldão da pandemia, alastrando-se por uma política genocida; seja pela ausência de vacina; ou pelo crescimento do desemprego e a ampliação da sua precariedade e informalidade, ou ainda, pela ampliação de sua precariedade e informalidade; ou, ainda, pela ampliação da condição de fome absoluta e relativa; e até mesmo quando enfrentamos as novas e precárias condições de trabalho e estudo”. (ABEPSS, 2021, p. 8)

objetivas para favorecer este projeto mais amplo do capital, quando nos coloca como docentes precarizados, por causa da insegurança das relações de trabalho, e uberizados, uma vez que o trabalhador sustenta as condições para exercer o seu trabalho. (ABEPSS, 2021, p. 12)

Após entendermos essa mudança de conjuntura e os condicionantes que afetaram a vida de todos de forma mundial, e em especial na UnB, podemos fazer reflexões quanto aos programas que existem na Universidade de Brasília.

3.2 Programas existentes na universidade vinculados a assistência estudantil

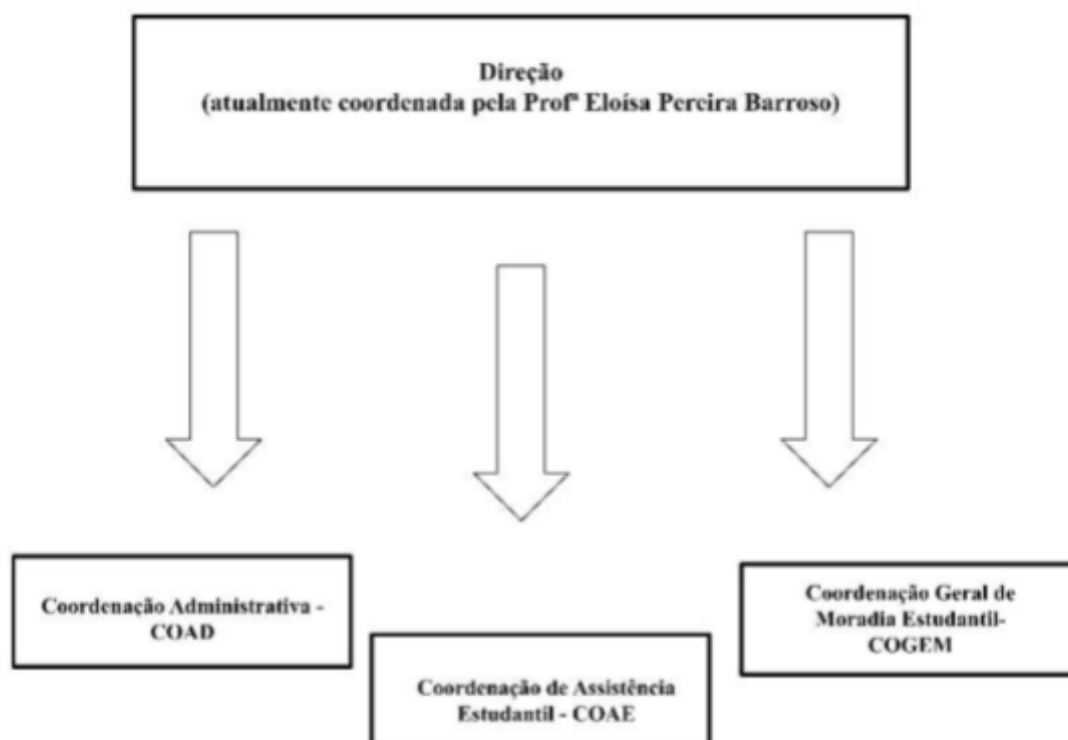
Antes de elucidar quais são os principais programas da Assistência Estudantil, é importante entender de forma clara quem é a Diretoria que atua de forma direta com esses estudantes.

A Diretoria de Desenvolvimento Social do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB -DDS/DAC/UnB, foi criada em 1994, com o objetivo de substituir a Diretoria de Serviço Social (criada em 1986). Assim, a DDS tem o objetivo de assessorar o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), no que se refere ao planejamento, monitoramento, operacionalização e implantação de programas e ações, elaboradas na Instituição, que são vinculados à Política de Assistência Estudantil.

O principal objetivo da Diretoria é promover assistência estudantil como direito de cidadania a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de programas, projetos e ações de incentivo à permanência e conclusão do ensino superior com sucesso. (UNB, s.d.a, *online*. h)

O organograma da DDS é pequeno, considerando outros setores da Universidade, e se organiza da seguinte forma:

Figura 2 - Organograma da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC)



Fonte: Elaboração própria (UNB, s.d.a, *online i*)

Cada coordenação possui sua equipe especializada, com intuito de atender, da melhor forma, à comunidade acadêmica. A partir dessa breve exposição sobre o que é a DDS na UnB, podemos partir para o entendimento dos seus principais programas. Buscando analisar dados referentes à assistência estudantil, é necessário explicar quais são os principais programas antes da pandemia da covid-19, e os que foram criados durante o contexto da referida pandemia.

Tabela 6 - Síntese com os programas oferecidos pela UnB antes da pandemia.

Programa	Informações
Bolsa Alimentação	Destinado aos estudantes que estavam matriculados nos cursos de graduação e pós de forma regular e presencial, e que estavam inseridos no grupo socioeconômico, sendo destinado um valor de R\$ 304,00 mensais para que esses estudantes pudessem se alimentar (UNB, 2012).
Programa Auxílio Socioeconômico da UnB- PASE	Tem como objetivo subsidiar a concessão mensal de um auxílio financeiro aos estudantes inseridos nos cursos de graduação, que estão em situação de

	vulnerabilidade socioeconômica, e busca contribuir para minimizar as desigualdades sociais e a evasão, promovendo a democratização ao acesso, além de reduzir recursos com a manutenção de vagas ociosas ocasionadas pela evasão escolar dos estudantes vulneráveis (UnB, 2014).
Programas de moradia - graduação	São duas modalidades de moradia, uma destinada aos estudantes de graduação e o da pós-graduação. O referente à graduação: pode ser oferecida uma vaga na Casa do Estudante, destinada de forma exclusiva aos estudantes que estudam no campus Darcy Ribeiro, e às famílias que não tenham imóveis ou residência fixa no Distrito Federal. E o outro pode oferecer a pecúnia aos estudantes (valor de 530,00 reais mensais) “Essa modalidade é voltada para: estudantes cujas famílias residam fora do DF e não possuam imóveis no DF; e estudantes residentes no DF, provenientes de regiões com acesso comprovadamente difícil ao seu campus de origem” (UnB, s.d.a, online j).
Programas de moradia- pós-graduação	É destinada a estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social, e estão matriculados de forma presencial que residem fora do Distrito Federal e que não tenham residência no DF (UnB, s.d.a <i>online j</i>).
Auxílio Emergencial	É designado aos estudantes que estão matriculados nos cursos presenciais da graduação e que estão em situação de vulnerabilidade social de forma momentânea e inesperada, e que não são beneficiários dos programas da Assistência Estudantil (UNB, 2013).
Programa Bolsa MEC	é de uma iniciativa do Ministério da Educação, e funciona na concessão de bolsa permanência, especialmente aos estudantes quilombolas e indígenas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que estão matriculados nas IES públicas (BRASIL/MEC, s.d.a, <i>online a</i>)
Auxílio Creche ²⁵	É destinado aos estudantes que estão matriculados em cursos presenciais da graduação, que são pais e que estão em situação de vulnerabilidade (UnB, s.d.a, online k)
Vale Livro	O <i>Vale livro</i> oferece aos estudantes vinculados à assistência estudantil 5 (cinco) vales todo semestre letivo, e oferece 60% de desconto na compra de livros que foram editados pela Editora UnB; a retirada dos vales deve ser feita na DDS e serem apresentados na compra do livro. (UnB, s.d.a, <i>online l</i>)
Acesso à Língua Estrangeira	É uma parceria da DDS com o UnB idiomas, na qual a diretoria disponibiliza uma lista das matrículas

²⁵ Regulamentado pela Resolução do Conselho de Administração nº 0060/2017 http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/18_-_Resolucao_CAD_0060_2017_PACreche.pdf

	daqueles estudantes, aptos para participar do programa. (UNB, s.d.a, <i>online m</i>)
--	--

Fonte: Elaboração própria ((UNB, 2012); (UNB ,2014); (UnB, s.d.a, online j); (UNB, 2013); (BRASIL/MEC, s.d.a, *online*); (UNB, s.d.a, online k); (UNB, s.d.a, *online l*); (UNB, s.d.a, *online m*)

O primeiro programa a ser apresentado é o *Bolsa Alimentação* que foi instituído na UnB através da Resolução da Reitoria N. 0021/2011 (UNB, 2011). Em 2012, foi estabelecida outra resolução, vigente até o momento atual (final de março de 2022), a Resolução da Reitoria nº 0138/2012 (UNB, 2012), referente ao programa, e tinha como objetivo oferecer alimentação àqueles estudantes que estavam em situação de vulnerabilidade social, sendo servidos café da manhã, almoço e jantar, à todos os estudantes, de todos os campi, passando a não mais receber o valor em forma de pecúnia, mas sim a gratuidade nas refeições.

O segundo programa é o *Programa Auxílio Socioeconômico da UnB- PASE* e foi instituído na UnB através da Resolução do Conselho de Administração n. 0012/2014, e é destinado um valor de 465,00 reais mensais aos estudantes que foram selecionados. (UNB, 2014).

O Programa referente à *Moradia- graduação*, é regulamentado pelo Ato da Reitoria da Reitoria nº. 6/2008 (UNB, 2008), na qual estabelece normas gerais sobre as regras referente à moradia, cujo objetivo é possibilitar o acesso ao campus, para aqueles estudantes vulneráveis, possibilitando a aproximação através de moradia ou transporte. Além dessas duas, existe o Auxílio transporte, que é a concessão mensal de auxílio financeiro para os estudantes que usam o transporte interestadual, essa modalidade é exclusiva para os estudantes que residem nas cidades da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

O *Auxílio Emergencial* é regulamentado através da Resolução da Reitoria nº 0109/2013 (UNB, 2013) que dispõe sobre a concessão do programa, sendo essas situações de vulnerabilidade social acompanhadas pela equipe de assistentes sociais da DDS. O valor da bolsa é o mesmo valor do socioeconômico, equivalente a R \$465,00 (apenas uma parcela), mas o estudante poderá receber até 3 (três) parcelas, caso a situação permaneça.

Outro programa vinculado ao recebimento de pecúnia é o *Programa Bolsa MEC*, que tem objetivo de auxiliar na permanência desses estudantes. O valor é de R \$900,00 para os estudantes quilombolas e indígenas e R \$400,00 para os outros estudantes. Assim como os outros auxílios, o Bolsa Permanência do MEC possui requisitos²⁶ de acesso aos benefícios.

²⁶ O estudante que cumprir, cumulativamente, as seguintes condições: I - possuir renda familiar per capita não superior a um 1,5 salário-mínimo; II – estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a 5 (cinco) horas diárias; III – não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; IV - ter assinado Termo de Compromisso; IV – ter

O fornecimento de pecúnia é bastante comum entre os programas disponíveis na Universidade, O *Auxílio Creche* se enquadra também a esses programas, para receber o benefício o estudante precisa ser o responsável legal e residir com crianças cuja idade seja de zero e cinco anos incompletos, além da criança que não tenha sido contemplada na vaga da rede pública de ensino (UNB, s.d.a, online k).

Durante o período de pandemia da Covid-19 a UnB precisou se adaptar às novas demandas que vieram devido à mudança de conjuntura. Uma das adaptações foi a criação de novos programas.

Tabela 7- Síntese com os programas oferecidos pela UnB durante a pandemia da Covid-19.

Programa	Informações
Auxílio Emergencial de Apoio a Inclusão Digital	Possui três modalidades para auxiliar os estudantes, as modalidades eram de empréstimo, doação ou auxílio complementar para acesso a esses equipamentos. (UNB, s.d.a, <i>online n</i>)
Alunos Conectados	Oferece aos estudantes o acesso à internet por meio de chip (SIM CARD) (UNB, 2021).
Auxílio Alimentação Emergencial	É um programa temporário, e busca suprir as necessidades alimentares dos estudantes da graduação que estão em situação de vulnerabilidade, durante o período de suspensão das atividades do Restaurante Universitário-RU, devido à pandemia da Covid-19. Cabe dizer que a suspensão se deu por todos os semestres de 2020 e até o 2º semestre de 2021). O valor destinado aos estudantes era de 400,00 reais mensais. (UNB, s.d.a, <i>online o</i>)
Auxílio Emergencial de Apoio à Saúde Mental	Teve o seu primeiro edital publicado no dia 31/08/2021, através do Edital nº Saúde Mental 007/2021 ²⁷ .
Auxílio Emergencial de Apoio Socioeconômico	Instituído pelo Edital Nº E- PASSE 008/2021 (UNB, 2021 a)

Fonte: Elaboração própria ((UNB, s.d.a, *online n*); (UNB, 2021 a); (UNB, s.d.a, *online o*); (UNB, 2021 b)

Após ser realizada a pesquisa social (UNB, 2020, *online f*) sinalizada no "tópico anterior", a UnB observou a necessidade de criar programas que pudessem auxiliar os estudantes que não possuíam algum tipo de equipamento eletrônico com funcionalidade para assistir as aulas remotas que iriam se iniciar.

seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa. O disposto nos incisos I e II não se aplica aos estudantes indígenas ou quilombolas. (BRASIL/MEC, s.d.a, *online a*)

²⁷ http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2021/SEI_UnB_-_7107286_-_Edital_Saude_Mental_2.pdf

O *Auxílio Emergencial de Apoio a Inclusão Digital*²⁸ além do acesso às modalidades, também tinha o acesso à internet, “disponibilizado pelo Programa Aluno Conectado do Ministério da Educação em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (MEC/RNP)” (UNB, s.d.a, *online* n). O valor destinado para a compra dos equipamentos era de 2.000,00 reais, sendo uma única parcela e deveria ser comprovada a compra, por meio de envio de comprovantes.

As inscrições para aquisição de chip (SIM CARD) para acesso à internet através do Programa *Alunos Conectados* (RNP/MEC via UnB), buscou garantir a inclusão digital para estudantes dos cursos de graduação da Universidade também em situação de vulnerabilidade (UNB, 2021).

Durante o ano de 2021, com agravamento da pandemia, diversas mortes e o distanciamento social como uma necessidade sanitária, vieram também os problemas psicológicos. Neste sentido, cabe destacar que no dia 14 de abril de 2021 foi publicada uma reportagem da *British Broadcasting Corporation* no Brasil -BBC, contendo dados coletados pelo Instituto IPSOS, no qual apresentava que 45% dos cerca de 21 mil entrevistados, relataram que a saúde mental piorou durante a pandemia.

Mais da metade dos brasileiros entrevistados por uma pesquisa declararam que sua saúde emocional e mental piorou desde o início da pandemia, em índice superior à média dos 30 países e territórios pesquisados. Segundo pesquisa do instituto Ipsos, encomendada pelo Fórum Econômico Mundial e cedida à BBC News Brasil, 53% dos brasileiros declararam que seu bem-estar mental piorou um pouco ou muito no último ano. Essa porcentagem só é maior em quatro países: Itália (54%), Hungria (56%), Chile (56%) e Turquia (61%). (BBC, *online*, 2021)

Esse adoecimento mental chegou também na vida dos estudantes, interferindo na vida acadêmica, e a iniciativa da universidade se deu pelo fato de que houve uma busca dos estudantes por apoio em relação ao sofrimento mental, e que foi agravado durante a pandemia da Covid-19 e também com o ensino remoto. Buscando auxiliar os estudantes que estavam em situação de vulnerabilidade social, foi oferecido um auxílio (*Auxílio Emergencial de Apoio a Saúde Mental*) que pudesse custear o tratamento psicológico e/ou psiquiátrico aos estudantes da graduação, que estavam apresentando algumas questões relacionadas à saúde mental.

O *Auxílio Emergencial de Apoio Socioeconômico*, buscava oferecer um auxílio de suporte à permanência dos estudantes de graduação da universidade, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que não recebessem nenhuma das bolsas de permanência

²⁸Regulamentado pelo edital:
http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2021/SEI_UnB_-_7106341_-_Edital_incluso_digital.pdf

que são: a) Programa Auxílio Socioeconômico; b) Bolsa Permanência do MEC; c) PROMISAES (UNB, 2021 a).

A adoção desta estratégia se justifica pela elevada demanda reprimida do Programa Auxílio Socioeconômico, que, em momento de agravamento do quadro social e econômico em decorrência da pandemia de covid-19, deixa muitos estudantes em situação especialmente vulnerável com risco de evasão da universidade. (UNB, 2021 a)

Diante do apresentado até aqui é importante explicitar os dados referentes ao perfil dos estudantes na Universidade de Brasília que são beneficiários da assistência estudantil, levando em consideração sempre o contexto da pandemia da Covid-19.

3.3 O Perfil dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil na UnB

Diante da mudança da conjuntura nos anos de 2020 e 2021, como já sinalizado nos capítulos anteriores, podemos aqui analisar os dados referentes aos usuários da assistência estudantil neste período. Nos sites oficiais da Universidade, incluindo o da DDS, não há dados sobre o relatório de gestão dos respectivos anos, o último relatório disponível é do ano de 2019, e não contém muitos dados.

Os dados apresentados neste tópico foram fornecidos por um servidor da Universidade, que atua na DDS, bem como pela sua própria diretoria, ambos através de e-mail. Este foi o único meio de conseguir dados referentes aos anos que foram escolhidos como período deste estudo, devido à dificuldade de conseguir esses dados pelo setor responsável, sendo selecionados alguns dados de programas específicos, considerando o acesso às informações e o tempo disponível para conclusão deste TCC.

Tabela 8 - Alunos beneficiários dos programas da assistência estudantil da UnB nos anos 2020 e 2021 x Quantidade de atendimentos realizados na DDS/ UnB x Pedidos de auxílios

	2020	2021
Estudantes beneficiários da assistência estudantil	5.767	5.984
Atendimentos realizados	8.492	8.678

Pedidos de benefícios	14.971	21.491
-----------------------	--------	--------

Fonte: Elaboração própria (DDS/UNB, 2022, *online*).

Assim, os primeiros dados são referentes aos estudantes que foram beneficiários da Assistência Estudantil nos anos de 2020 e 2021, segundo o relatório parcial obtido por e-mail e repassado pela DDS (DDS/UNB, 2022, *online*). Em 2020, os estudantes beneficiários da assistência estudantil vinculados aos programas da Diretoria de Desenvolvimento Social eram 5.767; no ano de 2021, houve um aumento de 181 estudantes, totalizando 5.984 contemplados. De acordo com os dados repassados por um servidor, no ano de 2020, foram realizados 8.492 atendimentos neste ano. E em 2021 foram realizados 8.678 atendimentos. Cada estudante tem uma realidade social diferente, sendo assim, cada um poderá solicitar mais de um benefício, por exemplo, o mesmo estudante pode solicitar o auxílio socioeconômico, moradia e alimentação, após solicitar esses três benefícios, são realizados três registros por um estudante. Sendo assim, no ano de 2020, foram realizados 14.971 pedidos de auxílios e em 2021, 21.491 pedidos.

Os principais programas ofertados entre 2020 e 2021 foram: a) Auxílio Alimentação Emergencial; b) Auxílio Moradia, vaga na Casa do Estudante Universitário da Graduação (CEU); c) Auxílio Transporte; d) Auxílio Inclusão Digital; e) Auxílio Creche f) Auxílio Socioeconômico (PASE); g) Auxílio Emergencial

No ano de 2020, houve o Programa *Transporte Emergencial*, para aqueles estudantes que precisavam retornar a suas cidades, com objetivo de passar o período de pandemia com seus familiares. E em 2021, como já sinalizado anteriormente, foram criados dois programas através de recursos financeiros, procedentes de emendas parlamentares, esses são, auxílio emergencial de *Saúde Mental* e auxílio emergencial de *Apoio Socioeconômico* (E-PASE).

No tocante aos principais benefícios que foram solicitados nos respectivos anos, a Tabela 9, apresenta de forma objetiva os dados.

Tabela 9 - Beneficiários da Assistência Estudantil por programa e por ano (2020/2021)

Programas	2020		2021	
	Nº	%	Nº	%
Alimentação	3602	62%	3238	54%

Moradia – pecúnia	1219	21%	1284	22%
CEU	227	4%	188	3%
Transporte	175	3%	3	0%
Transporte Emergencial	34	1%	-	-
Inclusão Digital	2155	37%	1750	29%
Creche	29	1%	21	0%
PASe	2457	43%	2891	49%
Auxílio Emergencial	118	2%	86	1%
Saúde Mental	-	-	360	6%
E-PASe	-	-	1576	26%
Total de beneficiários	5767	100%	5948	100%

Fonte: relatório disponibilizado pela DDS (DDS/UNB, 2022, *online*).

No ano de 2020, que foi o primeiro ano do ensino remoto, vários estudantes precisaram recorrer à universidade para obter o auxílio digital, já que as aulas eram ministradas de forma *online*, o que ocasionou essa diminuição em relação ao ano seguinte (2021).

O aumento dos beneficiários em relação ao PASe, pode ser correlacionado às taxas de desemprego das pessoas em virtude da pandemia, apesar do benefício ser destinado apenas aos estudantes, o valor de pecúnia pode ser direcionado para as despesas da sua casa, em caso de desemprego de algum familiar que seja o mantenedor do núcleo familiar.

A Coordenação de Assistência Estudantil, informou que durante o período de 2020/2021, dispôs de apenas um edital de auxílio socioeconômico entre os anos de 2020 e 2021, por conta da pandemia.

Por se tratar de um edital atípico, tivemos uma demanda reprimida substancialmente inferior à média. A quantidade de estudantes solicitantes foi baixa em função do ensino remoto e a quantidade de vagas superior à média por englobar três períodos letivos. Assim, tivemos somente 148 estudantes não contemplados. (DDS/UNB, 2022, *online a*)

A tabela 10 apresenta dados relacionados a raça dos estudantes²⁹.

²⁹ Foram solicitados também dados sobre o quantitativo de pessoas quilombolas e com deficiência, mas a DDS não dispunha desses dados até o momento da conclusão deste TCC – abril/2022.

Tabela 10 - Beneficiários da Assistência Estudantil por raça e por ano 2020/2021

Raça	2020		2021	
	Nº	%	Nº	%
Branca	1020	17,7%	937	15,8%
Preta	945	16,4%	853	14,3%
Parda	2310	40,1%	1981	33,3%
Amarela	58	1,0%	64	1,1%
Indígena	159	2,8%	177	3,0%
Não informada	1275	22,1%	1936	32,5%
Total de beneficiários	5767	100%	5948	100%

Fonte: relatório disponibilizado pela DDS. (DDS/UNB, 2022, *online*).

O perfil racial dos estudantes é um importante dado para entendermos o rosto da universidade, ou seja, o rosto da UnB é marcado por estudantes pardos, pois são considerados a maioria em relação aos beneficiários da assistência estudantil. Cabe destacar que isto pode se caracterizar como um resultado da política afirmativa de cotas³⁰, mas também um retrato da desigualdade social que permeia a sociedade em geral, desde os tempos do Brasil colônia.

Quanto à situação acadêmica desses estudantes, a tabela 8, mostra tal situação nos últimos dois anos (2020 e 2021).

Tabela 11- Beneficiários da Assistência Estudantil por situação acadêmica e por ano

Situação acadêmica	2020		2021	
	Nº	%	Nº	%
Ativo	5091	88,3%	5211	87,6%

³⁰ A universidade de Brasília foi a primeira universidade a criar a Lei de cotas, instituída em 2004 no vestibular, após um longo e árduo processo. O artigo de Nelson Fernando Inocêncio da Silva intitulado “Diversidade na Universidade de Brasília: Um Breve Mapeamento da Luta Negra” busca trazer um relato dos acontecimentos que aconteceram na universidade e que resultaram na implementação da política de cotas e os seus desdobramentos na atualidade. O texto está disponível através do link: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1325>

Saída por desligamento	47	0,8%	25	0,4%
Conclusão de curso	626	10,9%	705	11,9%
Outros	3	0,1%	7	0,1%
Total de beneficiários	5767	100%	5948	100%

Fonte: Relatório disponibilizado pela DDS (DDS/UNB, 2022, *online*).

Importante ressaltar que: a) os estudantes **ativos** são aqueles que não foram desligados ou formandos; b) as **saídas por desligamento**, são aqueles que evadiram da Universidade; c) **conclusão** são aqueles que se graduaram; e d) a categoria **outros**, são aqueles que foram desligados por outros motivos. Considerando a quantidade de estudantes ativos, nos respectivos anos, comparando com as evasões, elas podem ser mínimas, mas não quer dizer que não haja, e no primeiro ano de pandemia foi quando teve o maior percentual, diante do período aqui analisado.

Apesar do relatório da DDS (DDS/UNB, 2022, *online*) disponibilizado não possuir lista de espera quanto aos estudantes que aguardam para serem contemplados, os dados disponibilizados por e-mail pelo servidor, mostram que no ano de 2020 eram 189 estudantes na fila de espera a fim de poderem ter acesso a benefícios, e em 2021, eram 141 estudantes.

A assistência estudantil se torna uma peça fundamental para a permanência dos estudantes e para o seu desempenho acadêmico, sendo muitas vezes é essencial para a sua permanência nos cursos de ensino superior, como é o caso da Universidade de Brasília, considerando que o estudante precisa ter um bom desempenho para não ser desligado³¹, mas durante o período de pandemia o desligamento ficou suspenso, houve também a possibilidade de retirada das disciplinas até o último dia letivo, sem prejuízo para a vida acadêmica do estudante, tanto para os beneficiários da assistência estudantil quanto para os demais.

Os dados apresentados mostram que a assistência estudantil é um dos principais recursos que os estudantes têm para se manterem na universidade, e que vem sendo focalizada cada vez mais, devido à redução de recursos nas universidades públicas, sendo que os recursos destinados muitas vezes não são suficientes garantir o direito, não só ao acesso, mas especialmente à permanência na educação superior. Um resultado disso é a fila de espera que

³¹ O desligamento da Universidade ocorre em decorrência de: reprovação de mais de três vezes em uma disciplina obrigatória; ultrapassar o período máximo de permanência na universidade; abandono ou saída voluntária e; não ter cumprido condições. (UNB, 2021c). Nesse sentido, torna-se fundamental a política de assistência para que se garanta o bem-estar do estudante para que ele mantenha um desempenho de qualidade e que não resulte no desligamento com a universidade.

alguns estudantes precisam enfrentar, a fim de serem contemplados com algum benefício; diante disso, essa espera ainda pode motivar uma evasão do estudante, principalmente em tempos de pandemia.

Segundo Santos, Abrantes e Zonta (2021), o valor destinado aos editais emergenciais foi de R \$2.195.919,00 no ano de 2020, sendo utilizados tanto para benefícios já aprovados para utilização do PNAES, como para benefícios novos com pandemia, “inclusive os recursos destinados à abertura de editais para a recepção de novos estudantes, atendendo a comunidade discente que vivenciou os impactos da Covid-19, utilizando o limite da dotação orçamentária”. (SANTOS; ABRANTES; ZONTA, 2021, p. 224). Essa destinação de recursos não é o suficiente, causando um agravamento, tornando a política seletiva³² além de focalizada.

Considerando o cenário atual que tem vários cortes de recursos em andamento, segundo Santos, Abrantes e Zonta (2021), haveria uma redução de aproximadamente 1 bilhão de reais, em relação aos recursos que são destinados às universidades públicas, em 2021. Essa redução põe em risco os estudantes que estão socioeconomicamente vulneráveis, colocando em risco a sua permanência e, na verdade, ameaçando decisivamente o direito à educação superior em um país já marcado por tantas desigualdades.

³² Boshetti em seu texto, "Assistência Social no Brasil: Um Direito Entre Originalidade e Conservadorismo", traz o debate de focalização e seletividade, considerando que ambas são coisas distintas e que juntas podem ser negativas para a política, considerando que a seletividade não tem o objetivo de ter qualquer estratégia para ampliar o acesso aos direitos, mas sim estabelecer algumas regras que averiguam de forma criteriosa quem será selecionado (BOSCHETTI, 2001)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do Brasil como um país de capitalismo dependente afeta a educação superior e a assistência estudantil quando essa educação responde de acordo com os interesses da burguesia externa e interna. Nesse sentido, a política educacional brasileira sofre influências que acarretam uma tendência de desmontes e precarizações. No que tange ao ensino superior, pode-se perceber que as fragilizações advêm de políticas governamentais, leis, decretos, programas e projetos que incentivam o processo de privatização e mercantilização do ensino, com graves reduções de recursos no âmbito do setor público educacional.

Nesse cenário, a política de assistência estudantil sofre também prejuízos no que diz respeito aos incentivos governamentais e ao repasse de verbas. Um exemplo disso foi o corte de gastos impostos pela EC 95 e que atingiu diretamente os estudantes, em que a universidade teve que realocar recursos, pois não foi destinado recurso do governo federal para subsidiar as necessidades dos estudantes, especialmente no contexto de pandemia.

A assistência estudantil vem se afirmando cada vez mais como uma importante estratégia para democratizar o acesso de estudantes vulneráveis, ela é uma política que está em constante disputa, podendo ser facilmente desmontada, considerando que o PNAES é um decreto e não uma lei, já que a lei é superior ao decreto, o que dificultaria seu desmonte.

O acesso à educação superior não é democrático uma vez que, nem todas as pessoas que anseiam entrar no ensino superior conseguem entrar e permanecer de forma igualitária. Considerando que apenas a disponibilidade de vagas não é o suficiente para a ampliação do ensino superior público, pois estudantes oriundos de famílias que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica precisam ser beneficiários da assistência estudantil. Precisamos entender que a assistência estudantil é apenas uma parte que se integra à educação superior pública e que não deve se desintegrar, pois é ela que ainda consegue garantir a proteção social dos estudantes.

Neste sentido, considerando a dificuldade que a autora obteve para conseguir ter acesso aos dados referentes à assistência estudantil durante a pandemia de COVID-19, é importante registrar que houve dificuldade para a realização de uma análise mais minuciosa em relação ao repasse de recursos que é feito à política, e também comprometendo a

transparência em relação aos recursos e aos beneficiários; a disponibilização de relatórios anuais ajudaria muito diante da luta pela garantia e ampliação da assistência estudantil.

As implementações de novos programas na UnB, durante o contexto de pandemia, são consideradas ações afirmativas para os estudantes no contexto que estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas com a focalização e a seletividade que permeia a política, combinada com a falta de investimentos e aumento da pobreza no país, a situação poderá se agravar, dificultando a permanência dos estudantes vulneráveis. O recebimento de apenas um desses programas não supre de forma suficiente as condições de permanência dos estudantes, considerando que os programas se complementam, exemplo o acesso gratuito ao RU complementa com a moradia na casa do estudante, entre outros. A pandemia da Covid-19 colaborou sim para que as pessoas entrassem em condição de vulnerabilidade principalmente os estudantes na universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES/FONAPRACE - Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior/Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assunto Estudantil. In: *V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES*, 2019, Uberlândia. Anais... Uberlândia:, 2019.

BBC BRASIL- British Broadcasting Corporation no Brasil. *Covid: saúde mental piorou para 53% dos brasileiros sob pandemia, aponta pesquisa. Online*, 2021 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56726583>. Acessado em: 12/03/2022

BRASIL, *Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ad0fae78af5f4e50b46c7357b7ee8597/Decreto_40509_1_1_03_2020.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20para,que%20lhe%20conferem%20o%20art Acesso em: 16/04/2022

BRASIL, *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.796%20DE%204%20DE%20ABRIL%20DE%202013.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20dar%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 16/04/2022

BRASIL, *Lei nº12.711, de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

Acesso em: 04/02/2022

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acessado em: 01/02/2022

BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 18/01/2022.

BRASIL. *Portaria Normativa de 39, de 12 de dezembro de 2007*. Diário Oficial da União, Brasília, 2007. n. 239, 12 de dezembro 2007. Seção I, p.39. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf. Acesso em: 21/02/2022

BRASIL. *Lei nº11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 18/01/2022.

BRASIL. *Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 18/01/2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13/03/2022

BRASIL, *Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 18/01/2022.

BRASIL, *Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01/12/2021

BRASIL. *Decreto n° 69.927, de 13 de janeiro de 1972- Publicação Original*. Congresso. Câmara dos Deputados. Brasília 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20em%20car%C3%A1ter%20nacional%2C%20o%20Programa%20%22Bolsa%20de%20Trabalho%22>. Acesso em: 13/03/2022

BRASIL. *Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971- Publicação Original*. Congresso. Câmara dos Deputados. Brasília 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13/03/2022

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 31/03/2022

BRASIL, *Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 31/03/2022

BRASIL, *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro.1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 18/01/2022

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)* Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18/01/2022

BRASIL. *Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931- Publicação Original*. Congresso. Câmara dos Deputados. Brasília. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31/03/2022

BRASIL, *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)* Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 13/03/2022

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824* Presidência da República- Secretaria Geral. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 03/03/2022

BRASIL/MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). *Universidade Aberta do Brasil-UAB. Apresentação*. Brasília MEC, s.d.a *online*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva?id=12265>. Acesso em: 03/02/2022

BRASIL/MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). *Bolsa Permanência - Apresentação*. Brasília, s.d.a *online a*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>. Acesso em: 03/02/2022

BOCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília, 2001.

CEPAL- Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe. *Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego, 2021*. Disponível em:

<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precidentes-ultimas-decadas-tem-forte> . Acesso em: 13/05/2022

DDS/UNB - Diretoria de Desenvolvimento Social/ Universidade de Brasília. *Dados de 2020 e 2021*. In: Documento do SEI 23106.039678/2022-13. Org. Decanato de Assuntos Comunitários; Diretoria de Desenvolvimento Social; Coordenação Administrativa. Brasília, 2022. *online*. Acesso em: 14/04/2022

DDS/UNB - Diretoria de Desenvolvimento Social/ Universidade de Brasília. *Despacho 7965198*. Coordenação de Assistência Estudantil. Brasília, 2022 *online a*.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia Regina de Souza (org.). *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020a, p. 77-93.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Educação Superior no Brasil e seus ciclos expansivos: processos de continuidades e novidades. In: *Educação Superior e Trabalho Docente no Serviço Social: processos atuais, intensificação, produtivíssimo e resistências*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020b, p. 25-73.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento; SILVA, Tamires dos Anjos. Educação Superior e Legislações Brasileiras: Mapeamento e Análise do Período 2016-2018. In: *Anais do Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília*. Brasília: PIBIC/UnB, 2021.

FERNANDES, Florestan. A luta pelo socialismo (3). In: *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. SP: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. In: *Significado do Protesto Negro*. São Paulo: CORTEZ EDITORA; AUTORES ASSOCIADOS, 1989 p. 55-54.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975a.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975b.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desemprego*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 30/10/2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade [online]*. 2017, n. 129 , pp. 285-303. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>>. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em: 27/12/2021.

LIMA, Jackeline Soares. A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19. *Cadernos Cajuína*, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/504>. Acesso em: 12 abr. 2021.

LIMA, Kátia. A educação superior brasileira nos anos de contra revolução neoliberal: neocolonialismo educacional e heteronomia cultural. In: *Contrarreforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

REINHOLZ, F. Emenda 95, o enfraquecimento do pacto social. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/03/emenda-95-o-enfraquecimento-do-pacto-social>>. Acesso em: 16/04/2021

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patrícia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. *Cadernos Cajuína*, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SBPT- Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Orientações da OMS para prevenção da COVID-19. s.d.a *online*. Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>. Acesso em: 17/04/2022

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. Travessia: Assistência Estudantil na Educação Profissional. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDomienseAlmeidadeSouza.pdf. Acesso em: 02/01/2022.

OLIVEIRA, Camila Nunes de; CORDON, Marcelle dos Santos; CASTRO, Thamyres de Souza; SILVA; Georgia Jantorno do Nascimento; SANTOS, Carla Patricia Lyra dos; CABRAL, Larissa Soares Cunha; CASTRO; Thalassa Costa de, JEVOUX, Vitória Baptistelli. *A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS CONCEITOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO SOCIAL*. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Anais. Brasília, *online*, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1044>. Acessado em: 02/01/2022

OLIVEIRA, Vanessa Martins; PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos. IX - Entre o universal e o focal: a política de assistência estudantil no ensino superior e a particularidade da Universidade Federal Fluminense (UFF). In: PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro. (Orgs.) *Política Regressivas e Ataques aos Direitos Sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 265-290.

OPAS- Organização Pan-Americana de Saúde. Folha informativa sobre COVID-19, s.d.a, *online*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 17/04/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Edital Nº E-inclusão Digital _ Revisado _ DAC 006/2021. INSCRIÇÃO PARA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL - EQUIPAMENTO*. Brasília, 2021. Disponível em:

http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2021/SEI_UnB_-_7106341_-_Edital_incluso_digital.pdf
Acesso em: 23/03/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Edital N° 013/2021*. Inscrição para Aquisição de chip (SIM card) para acesso à internet através do programa alunos conectados (RNP/MEC via UnB). Brasília, 2021, a. Disponível http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2021/EDITAL_N_13.pdf
em: Acesso em: 23/03/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Edital n°E-PASE 008/2021. INSCRIÇÃO PARA O AUXÍLIO EMERGENCIAL DE APOIO SOCIOECONÔMICO*. Brasília, 2021 b. Disponível: http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2021/SEI_UnB_-_7106377_-_Edital_Socioeconmico_emergencial.pdf. Acesso em: 23/03/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Reintegração é mais novo serviço disponível por peticionamento eletrônico*. In: UnB Notícias. Brasília, 2021 c. Disponível: <https://docs.google.com/document/d/1TRPSf3satfEsdNZSJE8xPFhLfmAvPNC26mMy1FWsOzQ/edit> Acesso em: 23/03/2022

UNB - Universidade de Brasília. Anuário Estatístico 2020. Brasília, 2020, *online*. Disponível em: http://dpo.unb.br/images/phocadownload/unbemnumeros/anuarioestatistico/ANURIO_ESTATISTICO_2020.pdf. Acesso em: 23/03/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Plano de Contingência da Universidade de Brasília (UnB) Para Enfrentamento da Pandemia de Covid-19*. Brasília, 2020, *online* a. Disponível em: https://unb.br/images/Noticias/2020/Documentos/2020-PlanoContingenciaCovid19_v6.pdf. Acesso em: 02/01/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Ato da Reitoria n° 0392/2020*. Suspende as atividades administrativas presenciais durante a vigência do Decreto n° 40.509, de 11 de março de 2020, ou de outras normas de conteúdo similar, em decorrência dos impactos no funcionamento da Universidade de Brasília. Brasília, 2020, *online* b. Disponível em: https://noticias.unb.br/images/Noticias/2020/Documentos/12032020_AtoReitoria_Covid-19.pdf

UNB - Universidade de Brasília. *Informe sobre a suspensão de atividades presenciais na UnB*. In: UnB Notícias. Brasília, 2020, *online* c. Disponível em: <https://noticias.unb.br/69-informe/3996-informe-sobre-suspensao-de-atividades-presenciais-na-unb>. Acesso em: 15/03/2021

UNB - Universidade de Brasília. *Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0015/2020*. Suspende o calendário acadêmico do primeiro semestre letivo de 2020 da Universidade de Brasília Brasília, 2020, *online* d. Disponível em: https://sei.unb.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=5751795&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 20/02/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Ato da Vice-Reitoria nº 014/2020*. Institui o Subcomitê de Pesquisa Social. Brasília, 2020, *online* e. Disponível em: https://sei.unb.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=5904842&id_orgao_publicacao=0 Acesso em: 15/05/2020

UNB - Universidade de Brasília. *Pesquisa Social UnB: condições para retomada do calendário acadêmico Nota Técnica; Nota técnica*. Subcomitê de Pesquisa Social do Comitê de Coordenação de Acompanhamento das Ações de Recuperação (CCAR) da Universidade de Brasília. Brasília, 2020, *online* f. Disponível em: http://repositoriocovid19.unb.br/wp-content/uploads/2020/07/Nota_tecnica_Pesquisa_Social_UnB.pdf Acesso em: 15/03/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0059/2020*. Dispõe sobre o planejamento e a execução de atividades de ensino aprendizagem de forma não presencial e em caráter emergencial nos cursos de graduação e de pós-graduação da UnB durante a pandemia do COVID-19. Brasília, 2020, *online* g. Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2020/Documentos/20200807ResolucaoCEPE592020.pdf>. Acesso em: 15/03/2022

UNB- Universidade de Brasília (Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional- DPO). *Estrutura Organizacional*, Brasília 2017. Disponível em:

http://www.cca.unb.br/images/Arquivos_site/Organograma_UnB2017_Atualizado_dia_20180329_-_Alterao_CAPRO.pdf Acesso em: 15/05/2020

UNB- Universidade de Brasília. *Resolução do Conselho de Administração nº 0012/2014*. Cria e regulamenta ad referendum o Programa Auxílio Socioeconômico da UnB (PaseUnB), Brasília, 2014. Disponível em: http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/8---Regulamentaes-UnB---Resoluo-do-conselho-de-administracao-n.-0012_2014_Programa-Auxlio-Socioeconmico---PASEUnB.pdf Acesso em: 15/05/2020

UNB- Universidade de Brasília. *Resolução da Reitoria nº 0109/2013*. Dispõe sobre a concessão do auxílio emergencial na universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/9---Regulamentaes-UnB---Resoluo-da-Reitoria-n.-0109_2013-Concesso-do-Auxlio-Emergencial---UnB.pdf Acesso em: 15/05/2020

UNB- Universidade de Brasília. *Resolução da Reitoria nº 0138/2012*. Estabelece normas gerais para o programa bolsa alimentação. Brasília 2012. Disponível em: http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/5---Regulamentaes-UnB---Resoluo-da-Reitoria-n.-0138_2012-Programa-Bolsa-Alimentao.pdf Acesso em: 15/05/2020

UNB- Universidade de Brasília. *Resolução da Reitoria nº 0021/2011*. Institui e regula o Programa Auxílio- Alimentação para os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais das Faculdade UnB- Ceilândia, Gama e Planaltina, inseridos nos Grupos Socioeconômicos I e II, e dá outras providências. Brasília 2011. Disponível em: http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/4---Regulamentaes-UnB---Resoluo-da-Reitoria-n.-0021_2011-Programa-Auxlio-Alimentao.pdf Acesso em: 15/05/2020

UNB- Universidade de Brasília. *Resolução do Conselho de Administração nº 6/2008*. Estabelece normas gerais de moradias e convívio da casa do estudante universitário, destinada aos estudantes de graduação na UnB. Brasília, 2008. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/Resoluo-do-Conselho-de-Adminsitrao-n.-6-2008.pdf> f. Acesso em: 12/02/2022

UNB- Universidade de Brasília. *História*. Brasília, s.d.a *online*. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia> . Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Apresentação*. Brasília, s.d.a, *online* a. Disponível em: <http://fup.unb.br/apresentacao/> Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *História*. Brasília, s.d.a, *online* b. Disponível em: <https://fga.unb.br/guia-fga/historia> . Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Histórico*, Brasília, s.d.a, *online* c. Disponível em: <http://fce.unb.br/sobre-a-fce/historico> . Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Missão*, Brasília, s.d.a *online* d. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/missao> . Acesso em: 04/04/2022

Universidade de Brasília *Estrutura Acadêmica*. Brasília, s.d.a *online* e. Disponível em: <https://www.unb.br/estrutura-academica> . Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Grupos de Pesquisa*. Brasília, s.d.a *online* f. Disponível em: <http://pesquisa.unb.br/> . Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Pesquisa Social*. Brasília, s.d.a *online* g. Disponível em: <http://repositoriocovid19.unb.br/pesquisa-social/> . Acesso em: 09/03/2022

UNB- Universidade de Brasília. *A Diretoria*. Brasília, s.d.a, *online* h. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/diretoria-dds> . Acesso em: 09/03/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Organograma da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC)*. Brasília, s.d.a *online* i. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/del-organograma> . Acesso em: 09/03/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Programas de Moradia Estudantil (graduação e pós-graduação)*. Brasília, s.d.a, *online* j. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/moradia/auxilio-moradia> . Acesso em: 09/03/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Programa Auxílio Creche*. Brasília, s.d.a, *online k*. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/creche> . Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Programa Vale Livro*. Brasília, s.d.a, *online l*. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/vale-livro-editora-unb> . Acesso em: 04/04/2022

UNB- Universidade de Brasília. *Programa de Acesso à Língua Estrangeira- UnB Idiomas*. Brasília, s.d.a, *online m*. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/linguas-estrangeiras> . Acesso em: 04/04/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Auxílio Para Apoio à Inclusão Digital*. Brasília, s.d.a , *online n*. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/auxilios-emergenciais-de-apoio-a-inclusao-digital>. Acesso em: 23/03/2022

UNB - Universidade de Brasília. *Auxílio Alimentação Emergencial*. Brasília, s.d.a , *online o*. Disponível em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/programa-auxilio-alimentacao-emergencial> . Acesso em: 23/03/2022

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. *Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84VHVQ> Acessado em: 05/01/2022

VIRISSIMO, Vivian. Trabalhadora doméstica é a primeira vítima do coronavírus no estado do Rio, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/trabalhadora-domestica-e-a-primeira-vitima-do-coronavirus-no-estado-do-rio> . Data de acesso: 13/05/2022

ANEXOS**APÊNDICE A - Tabela sobre as principais legislações apresentadas no capítulo 2**

Principais legislações
Constituição Imperial de 1824 (BRASIL, 1824)
Constituição Republicana de 1891 (BRASIL, 1981)
Decreto nº 19.851/1931 (BRASIL, 1931)
O Decreto nº 19.851/1931 (BRASIL, 1931)
Constituição de 1934 (BRASIL, 1934)
Constituição de 1946 (BRASIL, 1946).
Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961)
Constituição de 1967 BRASIL, 1967).
Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (BRASIL, 1971)
Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972 (BRASIL, 1972)
Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)
Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996)
Lei nº 12.796, de 4 abril de 2013 (BRASIL, 2013)